



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO & CONTAS 2023

CARAVELA SEGUROS



WWW.CARAVELASEGUROS.PT

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	3
Órgãos Sociais.....	5
Relatório de Gestão	6
1 Introdução.....	7
2 Missão	7
3 Enquadramento Macroeconómico.....	8
4 Atividade da Caravela.....	16
5 Evolução para 2024	32
6 Considerações Finais	33
Relatório de Governo Societário	35
Política de Remuneração dos Colaboradores	45
Demonstrações Financeiras	49
Demonstração dos resultados	49
Demonstração do rendimento integral	51
Demonstração da posição financeira.....	53
Demonstração de variações do capital próprio	56
Demonstração dos fluxos de caixa.....	59
Anexo às Demonstrações Financeiras	62
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	136
Certificação Legal de Contas	139

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2024 irá celebrar-se o 10º aniversário da Caravela - Companhia de Seguros, S.A..

Estes 10 anos foram marcados por três etapas distintas:

- 1) A Recuperação (2015/2016), altura em que se testou a adesão do mercado a uma nova proposta de valor e se iniciaram as primeiras transformações organizacionais e incorporação de novos talentos.
- 2) O Programa Digital 2020 (2017/2019) e o primeiro *Private Placement*. A reformulação da composição acionista e aumento de capital foram importantes para o investimento tecnológico no projeto Digital 2020. O aprofundamento das parcerias estratégicas/*Affinities*, a reformulação da estratégia de retalho e o início da abordagem estruturada ao segmento PME's, baseada num novo modelo de gestão de risco, possibilitaram a consolidação do crescimento.
- 3) O Projeto Douro (2020/2025), foi determinado pela ambição de atingir um volume de negócios de 250 milhões de euros. Para alcançar esse objetivo, foi realizado um aumento de capital de 30 milhões de euros no final de 2019 e entrou no capital o *Private Equity Tosca Fund*.

O início do projeto ficou desde logo marcado pela Pandemia de Covid-19, obrigando a uma constante readaptação das ações desenvolvidas.

Já após a ultrapassagem da Pandemia, surgiram a Guerra da Ucrânia e, mais recentemente, a instabilidade no Médio Oriente, que se traduziu numa elevada volatilidade das taxas de juro, consequência de um nível de inflação que em alguns momentos atingiu os dois dígitos.

Esta realidade deu origem à procura de novas soluções, das quais o desenvolvimento da estratégia de MGA's e a reorganização comercial foram as consequências mais visíveis. Essas medidas permitiram atingir, em 2023, um volume de negócios de 160 milhões de euros, um nível de produtividade superior a um milhão de euros por colaborador, um resultado líquido superior a 7 milhões de euros e um *bookvalue* de 67 milhões de euros.

O ano de 2024 marca a segunda fase do projeto, lançando o projeto Douro II. Esta continuidade para além de 2025 tem como pressupostos mais relevantes:

- 1) A afirmação da Caravela como um *player* europeu no desenvolvimento de MGA's, destacando, em 2023, a performance atingida em França na parceria com a Dune e na Grécia na parceria com a Brokins. Para 2024, os mercados de Espanha, Países Baixos, Itália e o reforço em França e na Grécia são as prioridades.

- 2) A evolução do modelo de retalho para um modelo colaborativo multicanal, conjugando o B2B2C com o B2B e o B2C numa estratégia coerente e em harmonia. A consolidação do nosso modelo de distribuição e as ferramentas desenvolvidas no âmbito do MyCaravela são algumas das nossas vantagens competitivas.
- 3) A consolidação da Caravela no mercado de PME's, através dos nossos parceiros estratégicos e do aprofundamento da nossa participação estratégica no Grupo Your é um objetivo para 2024/2025.

O ano de 2023 ficou também marcado pela adoção para a regra contabilística IFRS-17e IFRS-9, tendo a transição sido conseguida com sucesso.

Agradecemos a todos os *stakeholders* que compõem o nosso ecossistema o apoio e a contribuição para o desenvolvimento da atividade da Caravela, com particular destaque ao Grupo EXIS, à M24 e à Trueclinic, pois souberam não só interpretar o modelo operacional da Caravela, como têm contribuído com inovação e qualidade de serviço para a melhoria da “Experiência do Cliente”.

Estas realizações têm como principais artífices o conjunto de colaboradores da Caravela, que com sua dedicação e empenho têm sabido contornar os obstáculos que vão aparecendo na rota.

Uma palavra de destaque aos empresários da mediação de seguros que temos connosco na nossa viagem e que são cada vez mais e com um maior vínculo ao projeto.

Agradecemos à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a colaboração e as sugestões apresentadas no acompanhamento da atividade da Caravela.

Uma nota final de apreço aos acionistas da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio que têm dado ao projeto, cujo objetivo maior é proporcionar aos clientes uma nova experiência no que respeita a seguros, marcado pela inovação e pela resposta aos novos desafios.

Entrando na segunda década de viagem, a Caravela continuará a afirmar o seu carácter e o seu espírito inovador!

Luís Cervantes

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos Órgãos Sociais da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. é a seguinte:

Assembleia Geral

- **Presidente** - Nuno Miguel Marques dos Santos Horta
- **Secretário** - Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcamo Lobo

Conselho de Administração

- **Presidente** - Luís Filipe Sampaio Cervantes
- **Vice-Presidente** - David Angulo Rubio
- **Vogal** - Fabrizio Cesário
- **Vogal** - Félix Serrano Sanchez Carrillejo
- **Vogal** - George Koulouris
- **Vogal** - Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa
- **Vogal** - José Paulo de Castro Trigo

Conselho Fiscal

- **Presidente** - Manuel Augusto Lopes de Lemos
- **Vogal** - José António Truta Pinto Rabaça
- **Vogal** - José Elísio Lopes da Silva Quintas - ROC nº 643

Revisores Oficiais de Contas

- **Efetivo** – PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS LDA – SROC nº183, representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC nº 1138.
- **Suplente** – Carlos José Figueiredo Rodrigues, ROC nº1737.



Relatório & Contas 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista global, apesar de se manter a tendência de desaceleração previamente observada, 2023 registou um crescimento económico superior ao esperado. Demonstrou ser um ano surpreendentemente resiliente, mesmo com a intensificação do conflito no Médio Oriente e com os efeitos de acontecimentos de anos anteriores, nomeadamente o impacto da ofensiva russa na Ucrânia e os reflexos das pressões inflacionistas de 2022.

É esperado que a desaceleração do crescimento mundial se mantenha em 2024, sendo o terceiro ano consecutivo de abrandamento económico. Esta situação continuará a ter reflexos no abrandamento dos mercados de trabalho, na redução das reservas de poupança, na diminuição da procura latente de serviços, nos efeitos desfasados das restrições de política monetária e nos esforços de consolidação orçamental.

Relativamente ao mercado segurador nacional, este apresentou um volume da produção de seguro direto de cerca 11,8 mil milhões de euros tendo registado uma variação negativa de 2% em relação a 2022.

Esta evolução negativa, que já se vinha a sentir, resultou das quebras de produção do segmento Vida que registou uma variação do volume de produção de -14,21%, face ao período homólogo. Contrariamente, o segmento Não Vida registou um crescimento de 10,20% face ao ano anterior, crescimento que já se vem a sentir nos últimos nove anos.

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A. continuou o seu percurso de crescimento orgânico e consolidado, baseado num significativo conhecimento do mercado segurador português e suportado em projetos inovadores de parcerias internacionais. Este crescimento fica expresso num volume de prémios brutos emitidos de 160,26 milhões de euros no final do exercício, o que representou um crescimento de 22,5% em relação a 2022.

Este crescimento, aliado ao esforço de desenvolvimento tecnológico e à melhoria contínua de processos, permitiu continuar a melhorar os níveis de produtividade da Caravela. Em termos de produtividade, medida pelo volume de prémios brutos emitidos por trabalhador, houve uma melhoria de 15,20% em relação a 2022.

2 MISSÃO

A Caravela, além do objetivo de apoiar a construção de uma sociedade sustentável, tem por missão defender valores fundamentais como sejam o profissionalismo, a integridade, a confiança, o rigor e a dedicação, assentes em parcerias com a mediação de qualidade e com todos os seus fornecedores e colaboradores sob o signo de sentimentos de pertença e partilha, para bem servir a comunidade na importante área da assunção de riscos.

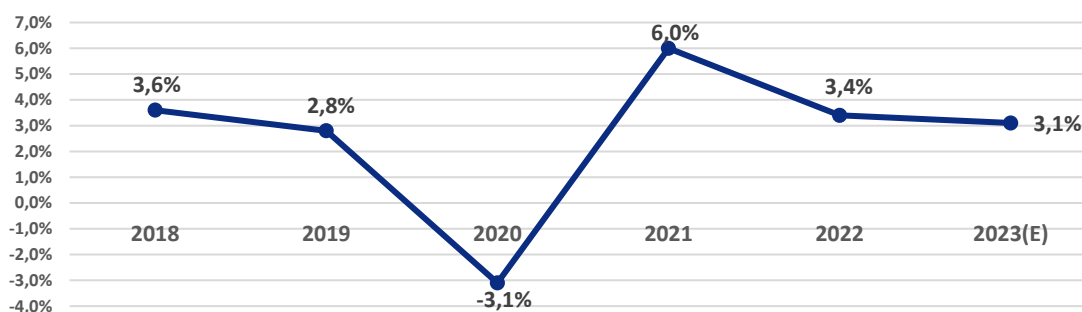
3 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

3.1 Conjuntura Internacional¹

Após uma forte desaceleração da economia mundial em 2022, o ano de 2023 ficou marcado por alguma recuperação tendo o ritmo da desaceleração abrandado ligeiramente. O ano de 2023 foi especialmente afetado pelo conflito no Médio Oriente, refletindo o aumento dos riscos geopolíticos e a incerteza nos mercados de matérias-primas, de grande importância para a economia mundial devido ao seu elevado nível de comercialização e baixa industrialização. A intensificação do conflito no Médio Oriente surge num momento em que a economia mundial continua a enfrentar os efeitos persistentes dos acontecimentos dos últimos anos, como a pandemia de COVID-19, a Guerra da Rússia contra a Ucrânia, o aumento generalizado da inflação e a consequente pressão acentuada nas condições monetárias globais.

De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), é estimado um crescimento do produto interno bruto mundial na ordem de 3,1%, representando um ligeiro decréscimo face aos 3,4% registados em 2022.

Evolução do PIB Mundial



A inflação mundial diminuiu substancialmente em 2023. De forma mais rápida do que inicialmente esperado, esse abrandamento da inflação fez-se sentir nos preços da energia e dos produtos alimentares, que beneficiaram da desaceleração da procura dos consumidores por bens e da recuperação das cadeias de abastecimento de bens mundiais. O crescimento das economias avançadas mostrou-se resistente durante a maior parte do ano, enquanto as

¹ Fonte:

Fundo Monetário Internacional (janeiro 2024) – “World Economic Outlook, January 2024”. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/01/30/world-economic-outlook-update-january-2024>

European Central Bank (No. 8 January 2024) – “Economic Bulletin”. Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/documents/2024-01/ecb_eb_2023n8_pt.pdf (pp.3)

Global Economic Prospects – janeiro 2024 - <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>

economias emergentes continuam com uma fraca recuperação, não tendo ainda ultrapassado na totalidade a recessão induzida pela crise pandémica em 2020.

No início de 2023 verificou-se uma recuperação da economia mundial, impulsionada pela reabertura da China, pela diminuição dos custos energéticos e pela moderação da quebra nas cadeias de abastecimento globais. Os Estados Unidos da América, Japão e China foram os países que lideraram o crescimento do PIB. Ao longo do ano o crescimento foi moderado, mas estável, onde o consumo privado se apresentou robusto e o mercado de trabalho conseguiu adaptar-se.

Particularizando algumas economias, destacam-se:

- Os Estados Unidos, com crescimento da economia estimado em cerca 2,5%, apesar do aumento das taxas de juro e das condições restritivas de acesso ao crédito. O país registou uma redução da inflação devido à diminuição do desemprego, melhoria das cadeias de abastecimento e queda dos preços do petróleo. Estima-se que em 2024 a economia dos Estados Unidos deverá desacelerar para 1,6% mantendo-se as taxas de juro elevadas restringindo a atividade.
- Na China é estimado um crescimento do PIB na ordem dos 5,2%. Verificou-se um impulso ao consumo no início do ano, devido ao levantamento das medidas de contenção da COVID-19, que se revelou de mais curta duração face ao expectável. Intensificou-se a recessão no setor imobiliário e um crescimento global fraco no investimento em infraestruturas. Apesar da implementação de medidas de estímulo ao consumo, como redução de taxas de juro e requisitos de depósito para compras de imóveis, tanto o consumo interno como as exportações mantiveram-se fracas. Prevê-se que o crescimento económico da China abrande para 4,6% em 2024 e 4,1% em 2025.
- No Japão verificou-se um crescimento da economia em cerca 1,8% impulsionado pela procura pós-pandemia e pela recuperação nas exportações de automóveis e no turismo externo. Registou-se, ainda, uma desaceleração da inflação e uma recuperação dos salários reais. Estima-se que a economia do Japão irá desacelerar nos próximos dois anos, com previsões de crescimento de 0,9% em 2024 e 0,8% em 2025.
- No Reino Unido o crescimento do PIB manteve-se inalterado. No entanto, as restrições da política monetária estão, cada vez mais, a afetar o investimento privado e a procura interna. A inflação global desceu de forma acentuada no mês de outubro, para 4,6%, uma redução de 2,1% em comparação com setembro, devido ao impacto das alterações dos preços dos produtos energéticos. As perspetivas para 2024 indicam que a inflação continue a diminuir gradualmente.

Na zona euro, o crescimento abrandou consideravelmente em 2023, atingindo cerca de 0,4%. O aumento dos preços de energia, em grande parte relacionados com a guerra na Ucrânia, teve um forte peso na contração dos gastos das famílias e nas atividades das empresas, em

especial na Alemanha e no setor da indústria. A recessão verificada no final de 2023 refletiu a fragilidade da economia da zona euro, estendendo-se, em especial, ao setor de serviços, devido ao declínio das exportações e à fraca procura externa. Estima-se que em 2024, o crescimento da economia da zona euro se mantenha em níveis baixos (0,7%).

Em resumo, estima-se que o crescimento nas principais economias mundiais tenha sido mais forte do que o esperado no segundo semestre de 2023, tanto nos Estados Unidos como em diversos mercados emergentes e em desenvolvimento. Excetua-se a zona euro, onde o crescimento foi moderado, refletindo os efeitos persistentes dos elevados preços da energia, o enfraquecimento da indústria transformadora e os baixos níveis de investimento das empresas, sensíveis ao aumento das taxas de juro.

Para 2024, a previsão é que o crescimento mundial se mantenha em 3,1%, aumentando de forma moderada em 2025, para 3,2%. O crescimento estará abaixo da média anual histórica dos últimos anos, situada em 3,8%, reflexo das políticas monetárias restritivas, da redução dos apoios fiscais e da baixa produtividade implícita ao crescimento. Estima-se ainda que o crescimento das economias avançadas registe um ligeiro declínio em 2024, com uma recuperação na zona euro abaixo do crescimento de 2023 e uma moderação do crescimento dos Estados Unidos. Em relação às economias de mercados emergentes e economias em desenvolvimento a previsão é que o crescimento económico se mantenha estável.

Em 2023, a estimativa da inflação mundial situa-se em 6,8% (média anual), prevendo-se uma queda em 2024 para 5,8% e em 2025 para 4,4%. A diminuição da inflação deverá ter maior expressão nas economias avançadas do que nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento.

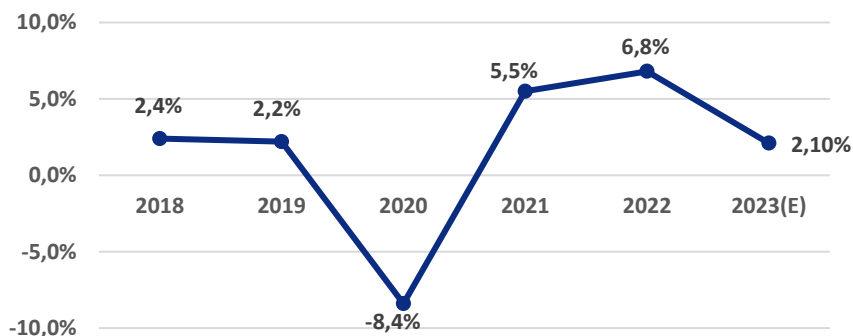
3.2 Conjuntura Nacional²

O crescimento da economia portuguesa deverá, em 2023, situar-se nos 2,1%, representando um resultado positivo. No entanto, é substancialmente inferior quando comparado com os crescimentos que se registaram nos anos anteriores, 6,8% em 2022 e 5,5% em 2021, aproximando-se de níveis registados pré-pandemia.

² Fonte:

Banco de Portugal (dezembro 2023) – “Boletim Económico”.
Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2024”.

Evolução do PIB em Portugal



A atividade económica nacional demonstrou ser resiliente em 2023, no entanto, com sinais de abrandamento. Verificou-se que durante o ano a economia portuguesa apresentou uma estagnação no segundo e terceiro trimestres, enquanto no quarto trimestre é esperado um baixo crescimento. Esta evolução é o reflexo da fraca procura externa e os efeitos cumulativos da inflação e das maiores restrições da política monetária. A subida das taxas de juros tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial em comparação com o setor de serviços. Apesar do abrandamento do emprego registado recentemente, o setor de serviços demonstra uma maior resistência, refletindo-se favoravelmente no mercado de trabalho.

A inflação teve uma trajetória decrescente acentuada ao longo de 2023, tendo atingido os 2,6% no último trimestre, refletindo-se nos preços do consumidor com a redução de custos de produção. Verificou-se ainda um aumento do rendimento disponível das famílias em cerca de 0,9% em 2023.

Relativamente ao investimento, este registou um fraco crescimento em 2023, sendo essencialmente condicionado pelas taxas de juro mais elevadas e pela estagnação tanto da atividade interna quanto externa. As exportações, especialmente de bens, apresentaram uma queda devido à fraca procura dos principais parceiros comerciais.

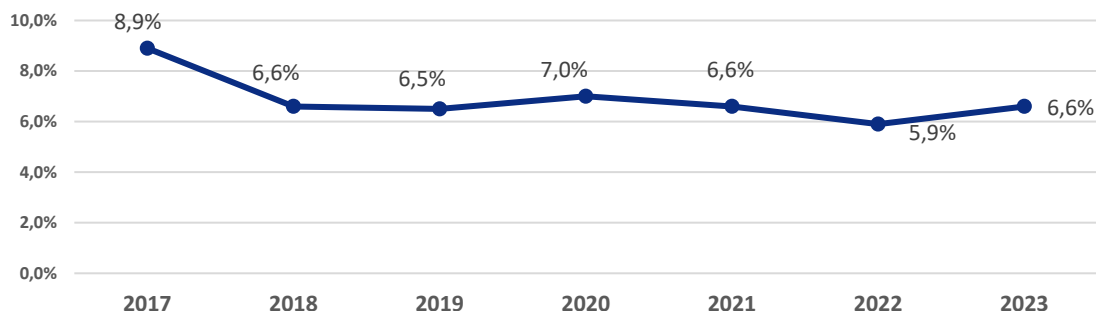
A procura interna foi essencialmente sustentada pelo consumo privado, contribuindo para o crescimento da economia nacional, tendo crescido 1,2% face ao período homólogo. Este crescimento refletiu-se positivamente no consumo de bens duradouros e de bens alimentares. Apesar de um contexto de inflação ainda elevada, com forte impacto no poder de compra das famílias e no aumento dos encargos do crédito à habitação, o desempenho do consumo privado deveu-se ao comportamento do mercado de trabalho e às medidas políticas de apoio às famílias. No entanto, assim como no período homólogo, continuou a verificar-se uma redução do rendimento real disponível das famílias face ao aumento das despesas de consumo final, sendo sustentado pela redução da poupança acumulada.

O défice orçamental em 2023 diminuiu face ao período homólogo, com um crescimento de 13% na receita e de 9,3% na despesa. No que diz respeito à dívida pública verifica-se uma diminuição acentuada, na ordem dos -7 mil milhões de euros, que já se vinha a sentir desde 2022. O esforço de reduzir o peso da dívida pública no PIB contribui positivamente para a economia nacional, pois a perceção externa ao risco melhorou, a resistência a choques aumentou e os custos de financiamento são mais baixos devido à diminuição dos juros suportados pelo Estado. Esta redução da dívida pública permite assim uma libertação do espaço orçamental para adoção de outras medidas de apoio à economia e às famílias. Estima-se que a trajetória de redução da dívida pública deverá manter-se em 2024, atingindo um rácio inferior a 100% do PIB (98,9%).

A inflação desacelerou face ao período homólogo que tinha atingido os 10,1% em outubro de 2022, fixando-se nos 6,1% no primeiro semestre de 2023. Essa trajetória de desaceleração dos preços dos bens foi especialmente definida pela queda no índice de preços dos produtos energéticos, contribuindo para a evolução total do índice de preços de consumidor nas classes relativas ao transporte e habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis. Por outro lado, as classes de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas apresentaram um crescimento de preços no primeiro semestre do ano. Enquanto na zona euro os produtos alimentares foram o principal determinante na inflação, em Portugal os serviços contribuíram mais para a evolução da inflação. Tendo a inflação atingido os 2,6% no último trimestre de 2023, estima-se que ao longo de 2024 a inflação deverá apresentar valores temporariamente mais elevados, convergindo para 2% em 2025.

No decorrer de 2023 o mercado de trabalho mostrou-se estabilizado, mas com sinais de moderação. Apesar de, no primeiro semestre de 2023, a taxa de desemprego se ter situado em 6,6%, verificou-se um aumento da população ativa, acompanhada por um maior dinamismo da população empregada e por um decréscimo da população inativa. O desajustamento entre a oferta e procura de trabalho tem sido reportado como um problema pelas empresas nacionais, especialmente na área da construção, que têm dificuldades acrescidas nas contratações de mão de obra qualificada. Sendo expectável que, perante uma moderação do ritmo de crescimento da economia, as empresas optem por reter os trabalhadores, reduzindo as ofertas de trabalho disponíveis.

Evolução da taxa de desemprego em Portugal



As projeções para a economia portuguesa em 2024 apontam para uma desaceleração do crescimento do PIB na ordem dos 1,2%, seguida por uma recuperação nos anos seguintes, com um crescimento de 2,2% para 2025 e de 2,0% para 2026. Estas previsões contemplam o contexto atual, ainda marcado pelas implicações das tensões geopolíticas das guerras na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como pela incerteza do desenvolvimento futuro dos preços e das respostas dos agentes económicos ao aumento das restrições da política monetária. O prolongamento e eventual intensificação dos conflitos podem refletir-se novamente numa pressão inflacionista sobre os bens energéticos e alimentares. No entanto, dada a implementação de novas medidas políticas como a diminuição da carga fiscal no IRS e aumento dos salários na função pública, prevê-se uma melhoria contínua do rendimento e do poder de compra das famílias.

Estima-se ainda que a economia portuguesa deverá continuar a crescer acima da área do euro entre 2024-2026 devido a um maior crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, traduzindo-se em oportunidades ao investimento no país.

3.3 Sistema Financeiro³

Em 2023 a economia da zona euro foi afetada pelas condições de financiamento mais restritivas e pela fraca procura externa. As taxas de juro mais elevadas tiveram um impacto significativo na construção e indústria transformadora, estimando-se que o setor de serviços também seja afetado nos próximos meses. Muito influenciado pelos efeitos da atividade industrial deficitária, do abrandamento dos efeitos da reabertura da economia e do impacto

³ Fonte:

Banco de Portugal (dezembro 2023) – “Boletim Económico”.

European Central Bank (No. 8 January 2024) – “Economic Bulletin”. Disponível em

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/documents/2024-01/ecb_eb_2023n8_pt.pdf (pp.3)

Fundo Monetário Internacional (janeiro 2024) – “World Economic Outlook, January 2024”. Disponível em

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/01/30/world-economic-outlook-update-january-2024>

Global Economic Prospects – janeiro 2024 - <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>

das condições de financiamento mais restritivas. Verificou-se ainda um aumento de 0,2% nas pessoas empregadas durante o terceiro trimestre, refletindo uma redução na oferta de postos de trabalho.

Apesar dos indicadores para o quarto trimestre de 2023 apontarem para que a economia permaneça fraca, as perspetivas para o início de 2024 indicam um crescimento da economia. Esse crescimento será o reflexo do aumento do rendimento disponível real das famílias, sustentado pelo crescimento dos salários, descida da inflação e manutenção do emprego, estimando-se ainda a melhoria da procura externa com o crescimento das exportações. No entanto, verifica-se que estas perspetivas de crescimento poderão ser afetadas pelo impacto das restrições da política monetária do Banco Central Europeu e das condições de acesso ao crédito adversas.

Em 2023 verificou-se uma queda generalizada da inflação na zona euro, em especial nos meses de outubro e novembro. Apesar de permanecer elevada, essa redução foi sentida tanto nos preços dos produtos energéticos como dos produtos alimentares. A previsão para 2024 é que a inflação continue em queda, em torno dos 2%, mas de forma mais lenta quando comparado com 2023, devido novos efeitos base crescentes e à suspensão de medidas orçamentais dirigidas a combater os efeitos sobre os preços dos produtos energéticos.

No que diz respeito aos mercados cambiais, a moeda euro registou uma depreciação de 0,3% face às 41 moedas dos principais parceiros comerciais da zona euro. Face ao dólar dos Estados Unidos o euro depreciou 0,5%.

Relativamente ao saldo orçamental das administrações públicas do euro, estima-se que registará uma ligeira melhoria ao longo do tempo. Em 2023, o PIB terá diminuído para 3,1%, continuando a diminuir em 2024 para 2,8% e em 2025 para 2,7%. Estima-se ainda que o rácio da dívida pública em relação ao PIB da zona euro continue a descer, atingindo o nível anterior à pandemia.

3.4 Tendências do setor segurador e perspetivas de evolução⁴

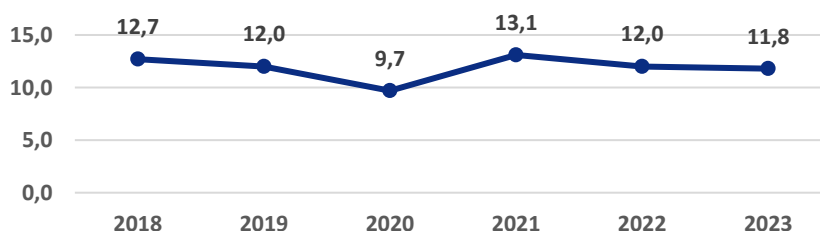
Em 2023 o volume da produção de seguro direto foi de cerca de 11,8 mil milhões de euros, tendo registado uma variação negativa, face a 2022, de 2%. Confirma a tendência de declínio já registada em 2022 face à anuidade anterior.

⁴ Fonte:

ASF - Prémios de Seguro Direto da Atividade Seguradora 2023

APS – Produção de Seguro Direto da Atividade Seguradora 2023, Segurdata, a 2023.12

Evolução da produção de seguro direto em mil milhões de euros



Ao analisarmos os ramos Vida e Não Vida separadamente, verificamos que o ramo Vida foi o que contribuiu para este decréscimo de produção de seguro direto. Enquanto o ramo Não Vida cresceu 10,20%, o ramo Vida, devido ao contexto prolongado de baixas de juro nos produtos financeiros, registou uma variação de -14,21% face ao período homólogo, que já tinha registado uma variação negativa em relação a 2021 (-21,8%). Mais uma vez, verifica-se que a modalidade de “Seguros e Operações Vida Ligados a Fundos de Investimento” foi a que registou a maior queda, de 1,688 mil milhões de euros, representando uma variação de -53,88% em relação a 2022. No entanto, a modalidade de “Não Ligados a Fundos de Investimento” atingiu os 3,7 mil milhões de euros, traduzindo-se numa variação positiva de 28,53%.

Em 2023, o ramo Não Vida volta a ter maior peso na distribuição da quota de mercado, representando 56,3%, com um volume da produção de seguro direto de cerca de 6,6 mil milhões de euros, enquanto o ramo Vida representa os restantes 43,7%, com um volume de produção de seguro direto na ordem dos 5,1 mil milhões de euros. Em comparação com o período homólogo, o ramo Não Vida registou uma variação positiva de 10,20%, mantendo um crescimento sustentado ao longo dos últimos 9 anos.

Nos principais ramos do subsetor Não Vida, registaram-se as seguintes evoluções:

⇒ O ramo Automóvel registou um crescimento superior aos últimos três anos, na ordem dos 5,78%, cuja produção ultrapassou os dois mil milhões de euros. Esse crescimento sentiu-se essencialmente nas coberturas de danos próprios. Este segmento representou em 2023 cerca de 17,77 % da produção total de seguro direto e 31,55 % do ramo Não Vida;

⇒ O ramo Doença manteve a propensão de crescimento dos últimos anos, com uma produção de cerca de 1,3 mil milhões de euros, traduzindo-se numa variação de 16,71% face a 2022. Este segmento representou em 2023 cerca de 11,43 % da produção total de seguro direto e 20,29% do ramo Não Vida, muito impulsionado pelo aumento da população segura;

⇒ O ramo Acidentes de Trabalho manteve a tendência de crescimento já observada nos anos anteriores, com uma variação positiva de 11%, que se traduz numa produção acima

dos 1,140 mil milhões de euros. Esse crescimento foi influenciado pelo aumento da massa salarial da população segura;

⇒ O ramo Incêndio e Outros Danos manteve igualmente um crescimento na ordem dos 10,09%, com uma produção total na ordem dos 1,180 mil milhões de euros, crescimento esse muito determinado pelos seguros de multiriscos habitação;

⇒ O ramo Responsabilidade Civil Geral apresentou um crescimento de 7,69%, com uma produção total de 195 milhões de euros;

⇒ O ramo Diversos cresceu cerca de 21,24%, representando maior expressão os seguros de perdas pecuniárias diversas, proteção jurídica e assistência;

⇒ Os ramos de menor expressão, Marítimo e Transportes, Aéreo e Mercadorias transportadas, foram os que sofreram decréscimos face ao período homologo, -0,70%, -19,94% e -26,74% respetivamente. Estes representam cerca de 0,83% da produção total do ramo não vida.

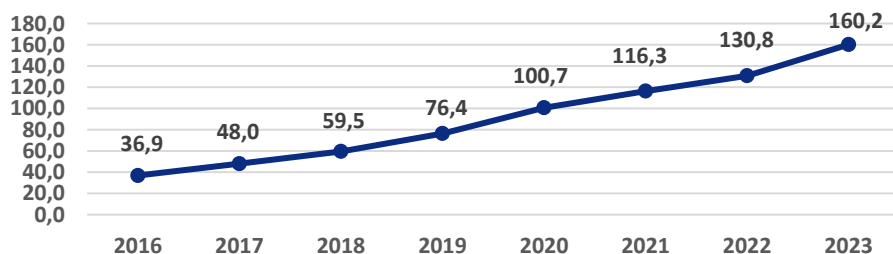
4 ATIVIDADE DA CARAVELA

4.1 Principais Indicadores

A atividade da Caravela tem-se caracterizado, nos últimos anos, por um significativo e constante aumento da produção, um firme e sustentado equilíbrio dos seus indicadores de gestão e por um considerável crescimento dos resultados.

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de 22,5%, mantendo a tendência dos últimos anos e terminando 2023 com um total de 160.255 milhares de euros:

Evolução da produção de seguro direto em milhões de euros



Importa referir que a taxa de sinistralidade, líquida de resseguro, apresentou um decréscimo de 0.13 p.p., face ao ano anterior.

Quanto às componentes do balanço, é de notar que o peso dos passivos de contratos de seguro, que agora representam 89,2% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, com uma variação de -4,9% face ao ano anterior. Essa situação é resultado do forte crescimento da Companhia.

Relativamente ao Capital Próprio, cresceu cerca de 21,9%, face ao período homólogo.

O resultado líquido foi de 7.013 milhares de euros, representando 4,4% dos prémios brutos emitidos, dando continuidade aos bons resultados registados desde 2015.

Quanto ao rácio combinado verifica-se uma ligeira diminuição do mesmo, atingindo os 92,5%, com um decréscimo de 0,7%, face a 2022. Realça-se que para além da diminuição do rácio de sinistralidade, houve um decréscimo do rácio de exploração em 0.12 p.p.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 17 – Contratos de seguros, é um normativo contabilístico emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que trata do reconhecimento, da mensuração, da apresentação e da divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. Esta IFRS tem como principal objetivo garantir aos utilizadores das demonstrações financeiras maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros. Em Portugal, a IFRS 17 irá entrar em vigor a 1 de janeiro de 2023, sendo exigida informação comparativa de pelo menos um ano.

As principais alterações são visíveis na conta de ganhos e perdas deixando de se mencionar o volume de prémios brutos emitidos, utilizando o conceito de Réditos de Contratos de Seguros, que na prática, no caso da Caravela, por utilizar o modelo PAA (*Premium Allocation Approach*), são os Prémios Adquiridos da anterior IFRS 4. Também do lado dos custos com contratos de seguro passou a ser utilizado o conceito de Gastos de Contratos de Seguro que englobam as anteriores rubricas de custos com sinistros – montantes pagos, custos com sinistros – variação de provisões e custos de aquisição e outros custos atribuíveis aos contratos de seguro. A parte relacionada com o Resseguro Cedido segue idêntica metodologia e no conjunto estas quatro rubricas compõem o Resultado de Contratos de Seguro que equivale ao anterior conceito de Resultado Técnico. Esta nova metodologia assenta em valores económicos para estas rubricas através da aplicação de modelos aos vários fluxos de caixa relacionados com os contratos de seguros.

No quadro seguinte discriminam-se os principais indicadores da Companhia:

Indicadores sintéticos

U: Milhares de euros

	2023	2022	VAR 23/22%
Balanço			
Ativo líquido	234 103	197 403	18,6%
Capital próprio	67 367	55 269	21,9%
Provisão para prémios não adquiridos	27 671	25 322	9,3%
Passivos de contrato de seguro de serviços passados	123 807	102 533	20,7%
Passivos de contrato de seguro de serviços passados, líquidos de contratos de resseguro	69 340	56 368	23,0%
Passivos de contratos de seguro	142 881	122 588	16,6%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	160 255	130 816	22,5%
Réditos de contratos de Seguro, líquidos de gastos de contratos de resseguro	131 685	106 645	23,5%
Gastos de contratos de seguro	145 921	127 760	14,2%
Gastos de contratos de seguro, líquidos de resseguro	121 855	99 398	22,6%
Custos Operacionais	38 728	32 273	20,0%
Rendimentos	3 966	1 259	214,9%
Resultado líquido	7 013	2 829	147,9%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	1 076	934	15,2%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	72,8%	78,1%	-6,7%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	68,7%	68,6%	0,2%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	4,4%	2,2%	102,4%
Provisão para sinistros / prémios brutos emitidos	77,3%	78,4%	-1,4%
Passivos de contratos de seguro / prémios brutos emitidos	89,2%	93,7%	-4,9%
Resultado líquido / capital próprio	10,4%	5,1%	103,4%
Resultado líquido / capital social	15,8%	6,4%	147,9%
Rácio combinado	92,5%	93,2%	-0,7%

4.2 Gestão Técnica

4.2.1 Produção e Apólices

A Caravela encerrou o exercício de 2023 com um volume de prémios brutos emitidos (PBE) de 160,26 milhões de euros, o que representa um acréscimo de produção de 29,44 milhões de euros e uma taxa de crescimento de +22,5%, comparativamente com o período homólogo.

De referir que a quota de mercado, incluindo a atividade em Portugal e no Estrangeiro, cresceu de 2,1% em 2022 para 2,3% em 2023.

O crescimento orgânico e consolidado, assente numa rigorosa e criteriosa subscrição de riscos orientada para a rentabilidade de todos os ramos, mantém-se sustentado na preservação do segmento de retalho, no forte crescimento no segmento de empresas e no alargamento da atividade comercial no estrangeiro.

Esta excelente tração foi transversal a todos os ramos, verificando-se, no entanto, que o segmento de Acidentes e Doença (+31,3%) foi o principal impulsionador deste aumento, com a contribuição especial do ramo Acidentes Pessoais (+53,1%), do ramo Acidentes de Trabalho (+31,1%) e do ramo Saúde (+12,0%).

Importa referir ainda, os destacados crescimentos do ramo Incêndio e Outros Danos (+24,0%) e do ramo Automóvel (+18,0%).

Embora com resultados menos relevantes, os restantes ramos, nomeadamente, Responsabilidade Civil (+13,3%) e Marítimo e Mercadorias Transportadas (+1,1%), apresentam crescimentos positivos.

Foi mantida a boa performance, transversal a todos os ramos considerados estratégicos.

Este crescimento está suportado no serviço diferenciado e qualificado e na continuidade da estratégia definida e que se baseia:

- Para o segmento de retalho, no desenvolvimento das plataformas de subscrição digital e no alargamento e consolidação da rede de distribuição;
- Para o segmento de empresas, na consolidação dos modelos de subscrição, distribuição e gestão proativa da carteira.

Também contribuiu para o crescimento da carteira, em particular no ramo Incêndio e Multiriscos e no ramo Automóvel, o desenvolvimento da atividade comercial no estrangeiro.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e variação dos prémios brutos emitidos por ramos em 2022 e 2023:

Estrutura e variação da produção

U: Euros

RAMOS	Δ	PBE	
		2023	2022
Acidentes de Trabalho	31,1%	48 109 892	36 684 545
Acidentes Pessoais	53,1%	1 899 235	1 240 696
Automóvel	18,0%	88 515 629	75 015 686
Incêndio e Multirriscos	24,0%	17 863 822	14 409 472
Marítimo e Transporte	1,1%	377 102	372 959
Responsabilidade Civil	13,3%	2 178 902	1 922 425
Saúde	12,0%	1 310 918	1 170 019
TOTAL	22,5%	160 255 500	130 815 803

Relativamente à estrutura dos prémios da carteira, a Caravela apresenta a mesma tendência da distribuição verificada no ano anterior, sustentada nos ramos obrigatórios, mantendo a predominância do peso dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, respetivamente 57,5% e 28,8%, totalizando estes dois ramos 86,3% dos prémios em carteira.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura da carteira e o peso por ramos em 2022 e 2023:

Estrutura da carteira em vigor

RAMOS	CARTEIRA			
	2023	Peso	2022	Peso
Acidentes de Trabalho	45 860 088	28,8%	37 285 203	27,2%
Acidentes Pessoais	1 451 985	0,9%	1 207 939	0,9%
Automóvel	91 478 234	57,5%	80 656 742	58,8%
Incêndio e Multirriscos	15 997 824	10,1%	14 382 789	10,5%
Marítimo e Transporte	321 233	0,2%	294 343	0,2%
Responsabilidade Civil	1 981 477	1,2%	1 944 325	1,4%
Saúde	1 908 032	1,2%	1 372 701	1,0%
TOTAL	158 998 873	100,0%	137 144 043	100,0%

Efetuada uma análise ao número de apólices em carteira, mantém-se em 2023 a predominância do peso dos ramos Automóvel e Incêndio e Multirriscos, respetivamente 82,3% e 10,9%, totalizando estes dois ramos 93,5% das apólices em carteira na Caravela.

A redução no número de apólices verificado no ramo Automóvel, resulta do ajustamento tarifário implementado, de modo a contribuir para nivelamento alvo do equilíbrio técnico deste ramo.

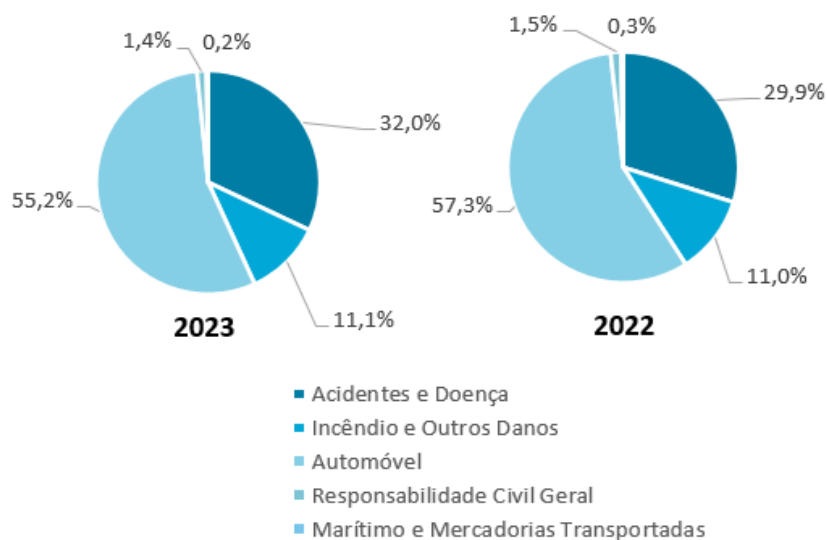
No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e número de apólices em vigor, no encerramento dos exercícios de 2022 e 2023:

Distribuição da carteira em número de apólices

RAMOS	APÓLICES EM VIGOR			
	2023	Peso	2022	Peso
Acidentes de Trabalho	12 413	3,6%	11 447	3,2%
Acidentes Pessoais	2 942	0,8%	2 724	0,8%
Automóvel	287 020	82,3%	292 454	82,7%
Incêndio e Multirriscos	38 119	10,9%	38 836	11,0%
Marítimo e Transporte	1 257	0,4%	1 303	0,4%
Responsabilidade Civil	5 793	1,7%	5 820	1,6%
Saúde	1 344	0,4%	1 050	0,3%
TOTAL	348 888	100,0%	353 634	100,0%

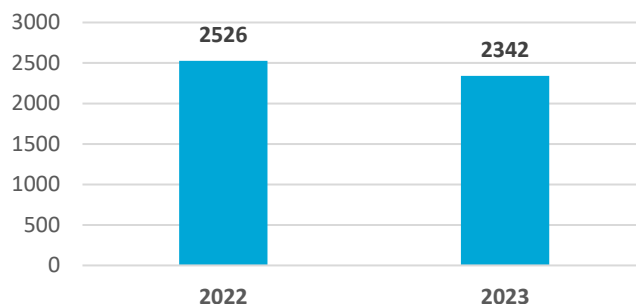
No quadro seguinte, apresenta-se o peso relativo dos Prémios Brutos Emitidos (PBE) dos vários ramos, na estrutura da carteira da Companhia dos exercícios de 2022 e 2023:

ESTRUTURA DA CARTEIRA EM %

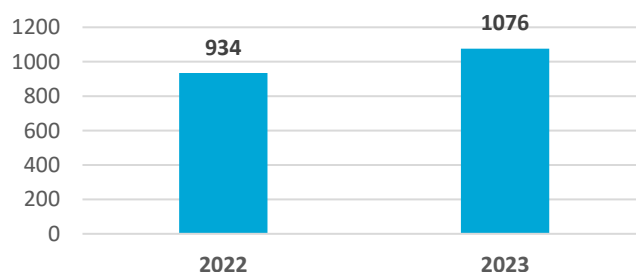


Esta evolução dá continuidade a uma melhoria da performance no que diz respeito à análise da relação apólice por trabalhador:

Número de apólices por colaborador



Prémios Emitidos por colaborador (em milhares de euros)



4.2.2 Sinistros

A taxa de sinistralidade global da Caravela em 2023, calculada sobre prémios adquiridos, atingiu 72,8%, representando uma diminuição de 5.3 p.p., em relação ao exercício de 2022 em que se tinha fixado em 78,1%.

No exercício de 2023, os custos com sinistros apresentaram um aumento de 12,9 % (+13.052 milhares de euros em valor absoluto) em relação ao exercício de 2022, totalizando 114.553 milhares de euros.

Foi o ramo Automóvel que apresentou o maior aumento nos custos, 6.049 milhares de euros (+10,1 %), seguido dos ramos de Acidentes e Doença cujo aumento foi de 4.894 milhares de euros (+16,0 %), sendo estas as linhas de negócio que mais contribuíram para o aumento global dos custos com sinistros.

No segmento de Incêndio e Outros Danos, o aumento nos custos com sinistros de 1.075 milhares de euros (+10,7 %).

Nas linhas de negócio menos representativas, o ramo de Responsabilidade Civil Geral apresentou um aumento de 962 milhares de euros (+182,5 %), enquanto ao nível do ramo Marítimo e Mercadorias Transportadas o aumento foi de 69,8 milhares de euros (+104,0 %). Nestes ramos, ainda que em valores relativos o aumento tenha sido expressivo, a sua contribuição para o aumento da sinistralidade global foi reduzida.

Custos com sinistros

Custos com Sinistros de Seguro Direto	U: Euros		
	2023	2022	Δ
Acidentes e Doença	35 582 291	30 687 487	16,0%
Incêndio e Outros Danos	11 156 616	10 081 204	10,7%
Automóvel	66 187 815	60 138 194	10,1%
Responsabilidade Civil Geral	1 489 919	527 398	182,5%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	137 008	67 150	104,0%
Total	114 553 650	101 501 433	12,9%

Para uma análise mais detalhada, no quadro seguinte são apresentadas as taxas de sinistralidade para os diversos grupos de ramos.

Taxa de sinistralidade

Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos	2023	2022	Δ
Acidentes e Doença	70,0%	78,6%	-10,9%
Incêndio e Outros Danos	64,4%	75,2%	-14,4%
Automóvel	76,4%	79,8%	-4,3%
Responsabilidade Civil Geral	68,6%	28,4%	141,6%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	38,3%	19,0%	101,7%
Total	72,8%	78,1%	-6,7%

Ao nível dos sinistros ocorridos, o ano de 2023 apresentou um aumento de 15,1 % em relação ao exercício de 2022.

Foi o ramo Automóvel, que em valores absolutos, mais contribuiu para o aumento das ocorrências registadas, com uma variação de 3.892 sinistros (+10,1 %), logo seguido dos ramos de Acidentes e Doença que registaram um aumento de 2.663 processos (+37,1 %).

Os ramos de Incêndio e Outros Danos registaram um aumento de 575 sinistros (+16,1%).

Nos ramos menos representativos, em Responsabilidade Civil Geral a variação foi de 66,7 %, correspondente a um aumento de 434 ocorrências, enquanto no Marítimo e Mercadorias Transportadas foram registados apenas 32 sinistros, menos 16 que no exercício anterior (-33,3 %).

Sinistros abertos

Processos Abertos por Segmento	U: Euros		
	2023	2022	Δ
Acidentes e Doença	9 838	7 175	37,1%
Incêndio e Outros Danos	4 136	3 561	16,1%
Automóvel	42 323	38 431	10,1%
Responsabilidade Civil Geral	1 085	651	66,7%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	32	48	-33,3%
Total	57 414	49 866	15,1%

Nota: Não inclui os sinistros de Assistência em Viagem

No ano de 2023, o número de apólices em vigor decresceu ligeiramente, -1,3% em relação ao exercício anterior, enquanto a oscilação ao nível dos sinistros foi de 15,1 %, representando, portanto, um aumento da taxa de frequência.

Assim, o exercício de 2023 foi encerrado com uma taxa de frequência de sinistros global de 16,3%, 14,3% acima do verificado em 2022.

No ramo Automóvel, o mais representativo de todas as linhas de negócio, o aumento da taxa de frequência foi de 9,5%.

Frequência de sinistralidade

Frequência de Sinistralidade por Segmento	U: Euros		
	2023	2022	Δ
Acidentes e Doença	61,72%	49,23%	25,4%
Incêndio e Outros Danos	10,74%	9,14%	17,6%
Automóvel	14,61%	13,34%	9,5%
Responsabilidade Civil Geral	18,69%	11,36%	64,5%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	2,50%	3,66%	-31,6%
Total	16,35%	14,30%	14,3%

4.2.3 Resseguro

Na política de resseguro da Caravela existem Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo e outras modalidades de Resseguro adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela Caravela para o ano de 2023, sofreu uma pequena alteração na sua estrutura quando comparado com o ano anterior, em relação aos Resseguradores de 2022 envolvidos nos seus tratados, tendo-se verificado a saída de um Ressegurador e a entrada de um novo Ressegurador, apenas nos ramos Automóvel e Responsabilidade Civil Geral.

No que respeita aos tratados proporcionais, que englobam os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente negociado em 2022.

Relativamente aos tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil Geral não sofreram qualquer alteração ao nível da prioridade, nem ao nível das capacidades, mantendo-se o limite anual agregado no Tratado Automóvel - Danos Próprios.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentada. Neste seguimento decidiu-se manter a Nacional Re como líder, na maioria dos tratados, com 40% de participação.

Desta forma, nas renovações dos tratados, o rating mínimo exigido a um Ressegurador é de "A-", de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best. No quadro abaixo é apresentado o leque dos principais Resseguradores, bem como o respetivo rating a 31/12/2023:

RESSEGURO 2023	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional Re	A
CCR Re	AA
Helvetia	A
Hannover Re	AA-
R+V	A+
DEVK	A+
Axis	A+
Odyssey	A-

4.2.4 Atividade Internacional

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 235.º do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e das secções 3.2.1.1. e 3.2.1.2. da decisão sobre a colaboração das Autoridades de Supervisão de Seguros do Espaço Económico Europeu, (BoS-21-235, de 10 de junho de 2021), a Caravela – Companhia de Seguros, S.A. pode exercer atividade em livre prestação de serviços em Estados Membros da União Europeia, a partir da sua sede em Portugal.

Assim, a Caravela está autorizada a operar em regime de livre prestação de serviços nos seguintes países: França, Grécia, Países Baixos e Espanha:

- Em França, está autorizada a operar nos ramos de seguros de incêndio e outros danos, acidentes, responsabilidade civil geral, caução e perdas pecuniárias diversas;
- Na Grécia, está autorizada nos ramos de seguro automóvel, caução e assistência;
- Nos Países Baixos, está autorizada para o seguro automóvel e para o ramo assistência; e
- Por último, em Espanha, está autorizada no ramo do seguro de caução.

Em 2023 as operações em França e na Grécia geraram em conjunto 9.499 milhares de euros em prémios brutos emitidos, representando cerca de 6% do volume de negócio. Por outro lado, por terem iniciado a sua atividade perto do final do ano, as operações nos Países Baixo e em Espanha não chegaram a registar movimentos no exercício de 2023.

Operações em França

A operação em França iniciou-se em 2021, através de uma parceria com a DUNE. Foram dois anos de experiência, com resultados satisfatórios na distribuição de um produto que se destina a operações de construção/obras.

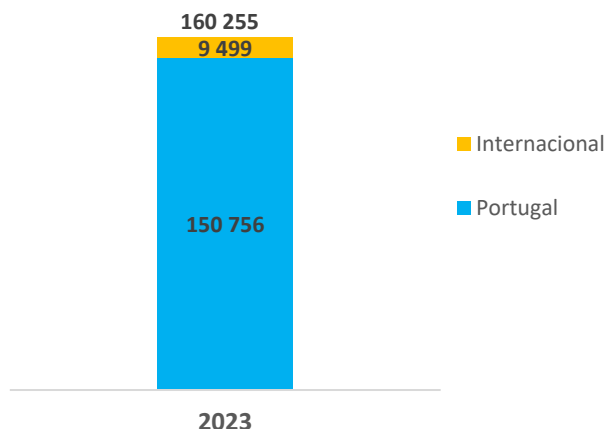
Os prémios brutos emitidos no ano de 2023 ascenderam a 4.680 milhares de euros, que excede a produção de prémios do ano anterior em 7,5%.

Operações na Grécia

Iniciámos as operações na Grécia em fevereiro deste ano de 2023, estabelecendo uma parceria com a BROKINS S.A., já ativa no mercado grego como corretora e coordenadora de agentes de seguros.

Com mais de 10.000 apólices emitidas do ramo automóvel, os prémios emitidos nestes meses ascenderam a 4.818 milhares de euros.

Prémios Brutos Emitidos



4.3 Gestão Financeira

4.3.1 Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, cresceram 22.121 milhares de euros em 2023, traduzindo um crescimento de 20% face a 2022.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a OFI Invest, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer da EIOPA quer da Autoridade de Supervisão nacional.

No quadro seguinte é apresentado o resumo da situação, registada a 31 de dezembro de 2023:

CARTEIRA DE ATIVOS

U: Milhares de euros

CARTEIRA DE ATIVOS	2023			2022			Var 23/22	
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	%	
1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO								
Ativos Mobiliários								
Dívida Pública	(1)	15 380	11%	9%	7 281	6%	5%	111%
Obrigações Diversas	(1)	70 868	53%	44%	47 292	42%	35%	50%
Ações e Fundos de Investimentos		31 911	24%	20%	18 176	16%	13%	76%
Empréstimos e contas a receber		429	0%	0%	429	0%	0%	0%
Liquidez	(2)	14 743	11%	9%	39 636	35%	29%	-63%
Sub-total		133 930	100%	84%	112 814	100%	83%	18%
Outros Ativos não Mobiliários								
Imóveis		24 234		15%	19 671		15%	23%
Sub-total		24 234		15%	19 671		15%	23%
TOTAL (1)		157 565		98%	132 485		98%	20%
2. INVESTIMENTO OPERACIONAL								
Equipamento, Mobiliário e Material		2 927		2%	2 674		2%	9%
TOTAL (2)		2 927		2%	2 674		2%	9%
TOTAL (1) + (2)		160 492		100%	135 159		100%	20%

Obsv:

- (1) Valorização com juros decorridos
(2) Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública aumentou 111%, face a 2022, enquanto a exposição a ações e fundos de investimento cresceu 9.604 milhares de euros. De salientar, também, o investimento em imóveis, tendo tido uma variação de 23% face a 2022, devido à compra da nova Sede da Caravela em Lisboa. Esta exposição, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, registou uma variação de -48%, face a 2022, devido ao investimento em obrigações, fundos de investimento e na nova Sede em Lisboa, estando, no entanto, em linha com os parâmetros de risco e gestão de capital.

4.3.2 Resultados de Investimentos Financeiros

U: Milhares de euros

	2023	2022	VAR 23/22%
Rendimentos de investimentos	2 855	1 423	100,6%
Ganhos ou perdas de investimentos	1 111	-164	1515,8%
MARGEM FINANCEIRA	3 966	1 345	194,9%

Os resultados financeiros apresentam, em 2023, um aumento face ao período homólogo, de 2.706 milhares de euros, devido, essencialmente, a uma maior realização de mais-valias, salientando-se, no entanto, o acréscimo dos rendimentos gerados de 100,6%.

O ano de 2023, caracteriza-se pela exigência na contabilização das perdas esperadas de crédito (ECL – *Expected Credit Losses*), designadamente, a contabilização das perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil de um instrumento financeiro, proporcionando uma visão mais realista da saúde financeira dos ativos.

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 2,8%.

4.4 Gastos de Exploração

4.4.1 Gastos por Natureza a imputar

O total de gastos por natureza a imputar atingiu os 38.728 milhares de euros, representando um aumento de 20,0%, em relação a 2022. Esse aumento é atribuído a um crescimento generalizado nas diversas rubricas de gastos.

Gastos por natureza

U: Milhares de euros

Gastos por Natureza	2023	2022	VAR 23/22%
Gastos com pessoal	8 263	7 306	13,1%
Fornecimentos e serviços externos	6 946	6 240	11,3%
Impostos e taxas	937	786	19,3%
Depreciações e amortizações do exercício	1 416	1 368	3,5%
Outras provisões	0	0	-
Juros Suportados	269	21	1199,5%
Comissões	339	275	23,3%
Remunerações de mediação	20 557	16 277	26,3%
Total	38 728	32 273	20,0%

De acordo com a IFRS 17, as “Remunerações de mediação”, que são os gastos ocasionados pela celebração dos contratos de seguros, passaram a ser classificados em gastos por natureza a imputar ao invés de serem diretamente imputáveis a custos de aquisição, como previa a IFRS 4.

4.4.2 Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal passou de 140 para 149 efetivos.

Salienta-se o aumento de 15,2% do rácio de prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo devido ao crescimento da produção.

	2023	2022	VAR 23/22 %
<i>Efetivos no início do período</i>	140	133	5,3%
<i>Entradas</i>	17	12	41,7%
<i>Saídas</i>	8	5	60,0%
Efetivos no final do período	149	140	6,4%

Sexo	2023	2022	VAR 23/22 %
Masculino	73	72	1,4%
Feminino	76	68	11,8%

	2023	2022	VAR 23/22 %
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	1 076	934	15,2%

U: Euros

A distribuição do quadro de pessoal da Companhia, por idade e género, era a seguinte:

Distribuição etária em 2023

FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES
até 30 anos	8	6
De 31 a 40 anos	15	18
De 41 a 50 Anos	30	38
De 51 a 60 Anos	15	13
Mais de 61 anos	5	1
TOTAL	73	76
IDADE MÉDIA	44 ANOS	

4.5 Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi frisado em anos anteriores, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar N.º 8/2016-R, de 16 de agosto, alterada pela Norma Regulamentar N.º 10/2020-R, de 3 de novembro, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com o RJASR.

No domínio da solvência II, no decurso de 2023, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

⇒ Participação nas sessões do Grupo de Trabalho “Gestão de Riscos e Atuariado” da Comissão Técnica “Economia e Finanças” da Associação Portuguesa de Seguradores;

⇒ Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de final de ano com data de referência de 31 de dezembro de 2022 e numa base trimestral para o último trimestre de 2022 e os três primeiros trimestres de 2023;

⇒ Reporte à ASF do Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2022, previsto no artigo 35.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 21.º do RJASR e nos artigos 304.º a 314.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;

⇒ Divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira relativo ao ano de 2022, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do RJASR e nos artigos 290.º a 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão;

⇒ Reporte à ASF do Relatório ORSA 2023, referente ao quinquénio 2023-2027.

4.6 Estimativa da Margem de Solvência

A Companhia estimou os rácios de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 31 de dezembro de 2023 e para o dia 1 de janeiro de 2024, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

O rácio de capital de solvência, verificado em 2023, teve uma evolução desfavorável face ao período homólogo, passando de 181,9% para 153,0%. Este rácio foi influenciado pelo aumento do requisito de capital originado pelo crescimento orgânico da Caravela e pela estratégia de investimento com impacto no risco de mercado.

Com estes valores, a Companhia supera confortavelmente o objetivo de capital e, consequentemente, o requisito regulamentar.

Os objetivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão de riscos financeiros estão comentados na nota 30 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

4.7 Capital Social e Resultado

4.7.1 Evolução do Capital Social

A 31 de dezembro de 2023, o capital social mantém-se em 44.388.315,20 de euros, totalmente subscrito, realizado e representado por 79.056.677 ações sem valor nominal.

4.7.2 Resultado do Exercício de 2023

O resultado bruto apurado no final de 2023 foi de 7.192.671,23 euros, o qual deduzido dos impostos sobre o rendimento estimados conduziu a um resultado líquido de 7.013.006,99 euros.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- 701.300,70 euros (10 % do Resultado Líquido) para a conta de Reserva Legal;
- 6.311.706,29 euros, o valor restante, para a conta de Reservas Livres.

Com a aprovação da aplicação dos resultados nos termos propostos, o Capital Próprio da Companhia fixar-se-á em 67.367.033,62 euros.

5 EVOLUÇÃO PARA 2024

O arranque, em 2024, da 2ª fase do plano de desenvolvimento da Caravela, denominado Douro II, tem de ser colocado em perspetiva olhando para a evolução da estratégia da Companhia e para o enquadramento geopolítico e económico-social do mercado.

Abordando esta segunda questão, os pressupostos que estamos a assumir no que respeita ao enquadramento geopolítico e económico-social é de uma estabilização dos dois principais conflitos bélicos, Ucrânia e Faixa de Gaza, com tendência para a solução através de acordos de paz que no mínimo não agravarão as condições de funcionamento do mercado mundial. Por outro lado, a estabilização dos níveis de inflação permitirá que a política monetária dos bancos centrais tenda a estabilizar as taxas de juro em torno dos seus objetivos de médio e longo prazo.

Relativamente a Portugal, o comportamento das contas públicas e a recente subida dos níveis de *rating* da República antecipam um quadro macroeconómico de estabilidade.

Com este enquadramento as três áreas de atuação que definimos como eixos estratégicos são:

1) A afirmação da Caravela como um *player* europeu no desenvolvimento de MGA's. Para 2024 os mercados de Espanha, Países Baixos, Itália e o reforço em França e na Grécia são as prioridades.

2) A evolução do modelo de retalho para um modelo colaborativo multicanal conjugando o B2B2C com o B2B e o B2C numa estratégia coerente e em harmonia. A consolidação do nosso modelo de distribuição e as ferramentas desenvolvidas no âmbito do MyCaravela são algumas das nossas vantagens competitivas.

3) A consolidação da Caravela no mercado de PME's, através dos nossos parceiros estratégicos e do aprofundamento da nossa relação com o Grupo Your.

Para este desenvolvimento a continuidade no desenvolvimento e retenção do talento e a continuidade na adoção das soluções digitais mais inovadoras são uma preocupação constante da Gestão da Caravela Companhia de Seguros SA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Agentes e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva no desenvolvimento e na vida da Companhia.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal pela disponibilidade para o acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício.

O Conselho de Administração reitera o agradecimento à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões por todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o exercício ora terminado.

Lisboa, 26 de março de 2024

O Conselho de Administração,

Luís Cervantes
Presidente

David Angulo
Vice-Presidente

Fabrizio Cesário
Vogal

Félix Serrano Sanchez Carrillejo
Vogal

George Koulouris
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa
Vogal

Paulo Trigo
Vogal



Relatório & Contas 2023

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

1 INTRODUÇÃO

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A., elabora o seu Relatório de Governo Societário, de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis no mercado.

2 ESTRUTURA ACIONISTA

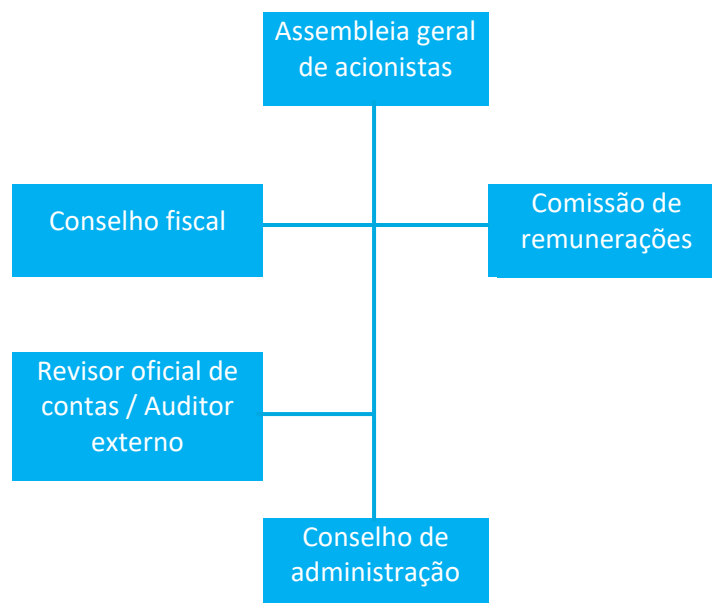
O capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, é de 44.388.315,20 euros, representado por 79.056.677 ações, sem valor nominal, conferindo essas ações direitos idênticos a todos os acionistas.

3 ESTRUTURA DE GOVERNO

O modelo de governo da sociedade, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização segue o tradicional modelo latino e é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo

O organigrama abaixo, apresenta essa estrutura organizacional:



Ainda de acordo com o art.º 11.º dos Estatutos da Sociedade, a gestão corrente é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete membros, nomeados pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Assim, o atual Conselho de Administração que tem um mandato de 2023 a 2026, é composto por sete administradores, sendo um deles Presidente, outro Vice-presidente e cinco Vogais.

O Conselho de Administração, como órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade.

Nos termos do art.º 12.º dos estatutos da Caravela cabe-lhe, em especial:

- A gestão da Sociedade, praticando todos os atos que se enquadrem no seu objeto social;
- A aquisição, oneração e alienação de todos os bens e direitos da Sociedade;
- A celebração de quaisquer contratos de financiamento e a realização de outras operações de crédito;
- A definição da organização e dos métodos de trabalho da Sociedade;
- A aprovação dos planos anuais e respetivos orçamentos;
- A delegação dos seus poderes a um ou mais dos seus membros e/ou procuradores;
- A criação de conselhos consultivos;
- A execução e o cumprimento das disposições legais, bem como das deliberações da

Assembleia Geral.

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, de entre os quais pelo menos um deverá possuir formação superior adequada ao exercício das suas funções e um membro suplente, com mandatos iguais aos do Conselho de Administração, sendo também reelegíveis.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é determinada pela Comissão de Remunerações que é composta por três membros - sendo um deles o Presidente - designados pela Assembleia Geral e também eles por períodos de quatro anos, com possibilidade de reeleição.

4 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização segue a política de remuneração aprovada pela Comissão de Remunerações.

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

A Comissão de Remunerações deve reunir em sessão plenária, sempre que seja necessária a discussão e fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no contrato de prestação de serviços e obedece à prática corrente do mercado.

5 COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

5.1 Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral tinha, em 31 de dezembro de 2023, a seguinte composição:

- Presidente: Nuno Miguel Marques dos Santos Horta
- Secretário: Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcamo Lobo

5.2 Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração era a seguinte:

- Presidente: Luís Filipe Sampaio Cervantes

- Vice-Presidente: David Angulo Rubio
- Vogal: Fabrizio Cesario
- Vogal: Félix Serrano
- Vogal: George Koulouris
- Vogal: Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa
- Vogal: José Paulo de Castro Trigo

A seguir apresenta-se quer a qualificação profissional dos membros do Conselho de Administração quer a sua atividade profissional nos últimos anos:

Luís Cervantes - Presidente

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Economia
 - . Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Produtos Derivados
- Atividade nos últimos anos:
 - . Diretor do BES (1993-2005)
 - . Administrador da Crediflash (2004-2006)
 - . Assessor de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade (2005-2006)
 - . Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros AXA Portugal (2006-2010)
 - . Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros Seguro Direto Gere (2008)
 - . Administrador da Sabseg Seguros (2010-2017)
 - . Presidente do Conselho de Administração da AAA-SGPS, S.A. (novembro 2016-junho 2017)
 - . Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

David Angulo - Vice-Presidente

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Administração de Empresas
 - . Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Analista Financeiro da Gescapital, S.A. (1992-1993)
 - . Diretor de Divisão do Bankinter, S.A. (1993-1996)
 - . Diretor Financeiro da Aegon Union Asseguradora (1997-2001)

- . Diretor Geral da Aegon Union Asseguradora (2001-2005)
- . Diretor Geral de Seguros do Santander UK Bank, plc (2005-2007)
- . Chairman da AVIVA plc, London and Madrid (2007-2014)
- . Chairman Executivo da Dunas Capital España, S.S. (2014-)
- . Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Fabrizio Cesario - Vogal

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Economia
 - . Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Analista Financeiro da Rothschild Itália (1992-1995)
 - . Diretor Executivo/Diretor Geral/Vice-Presidente do Lehman Brothers Europe (1995-2008)
 - . Diretor Geral da Lazard Capital International Limited (2009-2010)
 - . Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2010-2017)
 - . Partner do Toscafund Asset Management (2017-)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Félix Serrano - Vogal executivo

- Qualificação académica:
 - . Licenciado Direito e em Gestão e Administração de Empresas
 - . Mestre em Fiscalidade
 - . Pós graduado em Comércio Internacional
- Atividade nos últimos anos:
 - . Grupo L’Oreal (1988-1993)
 - . Assistente de Direito Fiscal no Supremo Tribunal Espanhol (1994-2001)
 - . Gestor de conteúdos e Consultor Fiscal na sociedade de advogados Diaz-Arias (2001-2006)
 - . Responsável por escritório Membro da Freedom Finance Ltd (2006-2009)
 - . Diretor da IN2 – Ingenieria de la información (2010-2011)
 - . Diretor Executivo do Grupo Galilea (2011-2014)
 - . Diretor Executivo do Grupo Azuaga (2014-2016)
 - . Diretor Geral Abarca Seguros (2016-2023)
 - . Diretor da Berliner Re, Barbados (2021-2022)
 - . Diretor não executivo da Nacional de Seguros Colômbia (2021-)

- . Vogal do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2023-)

George Koulouris - Vogal

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Economia
 - . Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Analista/Associado da UBS, AG London (1999-2002)
 - . Associado do Credit Suisse, AG London (2003-2005)
 - . Vice-Presidente das Instituições Financeiras do Deutsche Bank AG London (2006-2007)
 - . Supervisor/Chefe da Divisão de M&A do Marfin Investment Group Holding, S.A. (2007-2013)
 - . Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2013-2017)
 - . Partner do Toscafund Asset Management (2017-)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Gonçalo Ramos e Costa - Vogal executivo

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Gestor de Marketing na Lusitania (1993-1998)
 - . Diretor de Marketing na Lusitania (1998-2001)
 - . Administrador-delegado da Moçambique-Companhia de Seguros S.A. com sede em Maputo (2001-2004)
 - . Administrador da Moçambique - Companhia de Seguros, S.A. (2004-2014)
 - . Diretor coordenador da Direção Financeira, Administrativa e de Património da Lusitania (2007-2014)
 - . Diretor Geral da AAA - SGPS (2014-2017)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

Paulo Trigo - Vogal executivo

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Engenharia Civil
 - . Pós-graduado em Engenharia e Segurança Industrial
 - . Cursos de Analista de Riscos, Técnico de Prevenção e Segurança e Técnico de

Prevenção de Incêndios em empresas industriais

- Atividade nos últimos anos:
 - . Diretor do Gabinete de Análise de Riscos na Tranquilidade (1990-1998)
 - . Diretor coordenador da Direção de Exploração Regional Norte na Tranquilidade (1998-2005)
 - . Diretor coordenador da Direção de Grandes Clientes da Tranquilidade (2005-2014)
 - . Administrador-Delegado da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2017)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

5.3 Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do art.º 413.º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei:

Os membros do Conselho Fiscal são os seguintes:

- Presidente: Manuel Augusto Lopes de Lemos
- Vogal: José António Truta Pinto Rabaça
- Vogal: José Elísio Lopes da Siva Quintas, ROC n.º 643
- Suplente: membro a designar

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 31 de dezembro de 2023, era a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por:

- Efetivo: PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., SROC n.º 183, Representada por Carlos Maia, ROC n.º 1138.
- Suplente: Carlos Rodrigues, ROC n.º 1737

5.4 Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações era composta pelos seguintes três elementos:

- Presidente: Fabrizio Cesario
- Vogal: George Koulouris
- Vogal: António Nestor Ribeiro

Os membros da Comissão de Remunerações não são remunerados, não tendo qualquer vínculo familiar entre eles.

6 REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (NOS TERMOS DO ART.º 29º DA LEI N.º 28/2009 DE 1DE 19 DE SETEMBRO)

As remunerações base dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas nos quadros seguintes:

6.1 Agregado

U: Euros

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Conselho de Administração	872 364	125 000	997 364
Conselho Fiscal	13 050	0	13 050
TOTAL	885 414	125 000	1 010 414

6.2 Individual

U: Euros

Assembleia Geral	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Nuno Miguel Marques dos Santos Horta	1 500	0	1 500
TOTAL	1 500	0	1 500

U: Euros

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Luis Filipe Sampaio Cervantes	239 335	50 000	289 335
David Angulo Rubio	55 000	0	55 000
Gonçalo Lopes da Costa de R. e Costa	209 248	25 000	234 248
José Paulo de Castro Trigo	208 094	25 000	233 094
Félix Serrano Sanchez Carrillejo	160 688	25 000	185 688
TOTAL	872 364	125 000	997 364

U: Euros

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Manuel Augusto Lopes de Lemos	8 100	0	8 100
Humberto Manuel Martins Carneiro*	900	0	900
José Elísio Lopes da Silva Quintas	4 050	0	4 050
TOTAL	13 050	0	13 050

* cessou funções em março 2023

7 REMUNERAÇÃO DO AUDITOR/REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59.º e 60.º do DL n.º 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo D.L. n.º 224/2008 de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os valores pagos em 2023, incluindo o IVA foram os seguintes:

U: Euro

Descrição dos Honorários contratados com o Revisor Oficial de Contas	Valor
Solvência II	19 889
Revisão Oficial Contas	41 697
TOTAL	61 586

8 PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA SEGURADORA (ART.º 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Nome	Número de ações detidas a 31/12/2023
Luís Filipe Sampaio Cervantes (participação através da Âncoras de Júpiter Unipessoal, Lda.)	3 288 760



Relatório & Contas 2023

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES

1 INTRODUÇÃO

A política de remuneração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A., tem como objetivo que todos os seus colaboradores tenham uma retribuição de acordo com as funções que desempenham e com o efetivo resultado da sua atividade.

A remuneração dos trabalhadores da Caravela engloba obrigatoriamente uma componente fixa, podendo em algumas funções ser também considerada uma componente variável.

Em termos práticos, a componente fixa resulta da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho afetos ao setor segurador, sendo adequada ao pagamento do trabalho realizado.

A política global de remuneração tem em conta o diferente contributo dos diversos órgãos e funções para a concretização dos objetivos anuais ou plurianuais da Caravela.

Neste pressuposto, as funções são descritas e avaliadas através de metodologias e critérios de avaliação específicos, que garantem transparência e isenção em linha com as melhores práticas do mercado em termos de credibilidade e de fiabilidade no alinhamento dos objetivos e apuramento dos resultados.

As bandas existentes permitem garantir o respeito pela equidade interna ao nível da política de remuneração e igualmente servem de garante relativamente à remuneração fixa e à eventual remuneração variável.

O ajustamento dos fundamentos da política de remuneração tem necessariamente como referência, quer a situação económica nacional, quer a estratégia a curto e médio prazo da Caravela, referenciais determinantes e basilares para uma justa e correta implementação dessa política.

2 ENQUADRAMENTO LEGAL

Esta política é baseada no cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, das quais se destacam os seguintes diplomas:

- Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Circular n.º 6/2010, de 1 de abril (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015;

- Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação das Empresas de Seguros.

Tem, também, como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com as políticas de crescimento, rentabilidade e produtividade definidas pelos acionistas da Sociedade.

3 COMPETÊNCIA

A política de remuneração dos trabalhadores deve ser proposta pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

4 DIVULGAÇÃO

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

5 COMPONENTES DA REMUNERAÇÃO

Os colaboradores da Caravela poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável, cujos principais pressupostos serão:

- Equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;
- A remuneração variável deverá resultar de um sistema de objetivos e desempenho que dará um enfoque especial aos objetivos da Caravela que devem ser claros, precisos, determináveis e exequíveis.

6 OUTROS BENEFÍCIOS

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela auferem também os seguintes benefícios:

- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Acidentes Pessoais;
- Seguro de Saúde;

-
- Seguro de Vida;
 - Prémio de Permanência, definido no Acordo de Empresa subscrito e publicado em 2022;
 - Apoios definidos para o acréscimo de despesas em teletrabalho.



Relatório & Contas 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração dos resultados	2023 - 12			2022 - 12
		Técnica	Não Técnica	Total	
5	Réditos de contratos de seguro	157 315 253		157 315 253	130 003 908
	Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	157 315 253		157 315 253	130 003 908
5	Gastos de contratos de seguros	145 921 033		145 921 033	127 759 568
9-10-11	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	98 857 493		98 857 493	86 684 323
9	Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	27 041 860		27 041 860	22 423 000
	Alterações relativas a serviços passados	20 021 680		20 021 680	18 652 245
5	Réditos de contratos de resseguro	24 065 870		24 065 870	28 361 493
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros - parte dos resseguradores	14 282 529		14 282 529	18 201 406
	Alterações relativas a serviços passados - parte dos resseguradores	10 057 969		10 057 969	10 378 196
	Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	-274 629		-274 629	-218 109
5	Gastos de contratos de resseguro	25 629 792		25 629 792	23 359 368
	Mensurados pela abordagem da alocação de prémio - parte dos resseguradores	25 629 792		25 629 792	23 359 368
	Resultado de contratos de seguro	9 830 297		9 830 297	7 246 466
6	Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	103 868		103 868	72 503
6	Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	234 681		234 681	162 620
	Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	-130 813		-130 813	-90 116
	Rendimentos	2 854 800	0	2 854 800	1 423 129
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1 533 406	0	1 533 406	505 277
	Outros	1 321 395	0	1 321 395	917 852
7	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-2 480	0	-2 480	7 421
	De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-2 480	0	-2 480	5 304
	De outros	0	0	0	2 118
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-107 023	0	-107 023	-160 927
8	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	42 025	0	42 025	10 259
	De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	42 025	0	42 025	10 259
9-10-11	Gastos não atribuíveis	6 588 512	0	6 588 512	5 788 840
	Outros rendimentos/gastos	0	115 915	115 915	-10 363
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0	1 262 512	1 262 512	0
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	5 814 244	1 378 427	7 192 671	2 616 510
12	Imposto sobre o rendimento do período - Impostos correntes		184 922	184 922	139 211
12	Imposto sobre o rendimento do período - Impostos diferidos		-5 258	-5 258	-351 621
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			7 013 007	2 828 921

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



Relatório & Contas 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração do Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	2023 - 12			Valores em euros
		Técnica	Não Vida	Não Técnica	Total
					2022 - 12
	Resultado líquido do exercício	5 814 244	1 198 763	7 013 007	2 828 921
	Outro rendimento integral do exercício	7 130 974	0	7 130 974	-6 880 793
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de re	3 998 593	0	3 998 593	0
	Ganhos e perdas líquidos	3 998 593	0	3 998 593	0
27	Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	3 132 381	0	3 132 381	-6 880 793
	Ganhos e perdas líquidos	3 205 986	0	3 205 986	-6 868 987
	Reclassificação	-73 606	0	-73 606	-11 806
	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	73 606	0	73 606	11 806
27	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-626 198	0	-626 198	13 218 925
27	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-116 932	0	-116 932	-8 549 846
27	Impostos	0	1 615 761	1 615 761	-502 819
27	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0	165 508	165 508	-46 648
	Total do rendimento integral líquido de impostos	12 202 087	-251 489	11 950 598	1 073 378

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



Relatório & Contas 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da Posição Financeira

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (1/2)

Valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	2023 - 12		2022 - 12	2022 - 01	
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos			Valor Líquido
ATIVO						
13	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7 832 483	0	7 832 483	8 771 762	6 015 601
14	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	6 787 394	0	6 787 394	5 524 882	5 000
15	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perd	14 800 481	0	14 800 481	34 506 428	46 333 305
16	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	96 571 267	0	96 571 267	60 732 727	58 334 776
17	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	7 338 866	0	7 338 866	3 278 258	2 898 565
18	Terrenos e edifícios	24 234 210	0	24 234 210	19 670 910	9 049 484
	Terrenos e edifícios de uso próprio	4 563 299	0	4 563 299	0	0
	Terrenos e edifícios de rendimento	19 670 910	0	19 670 910	19 670 910	9 049 484
19	Outros ativos tangíveis	2 165 653	1 494 554	671 098	302 461	347 328
	Inventários	56 975	0	56 975	86 029	87 521
	Ativos sob direito de uso	761 660	0	761 660	1 025 822	1 337 139
20	Outros ativos intangíveis	7 115 021	3 947 560	3 167 462	3 472 181	3 438 511
21	Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Não Vida			58 890 317	49 220 830	42 084 983
	De serviços futuros			4 423 244	3 055 519	2 703 378
	De serviços passados			54 467 073	46 165 311	39 381 605
22	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	9 805 454	82 249	9 723 206	6 505 582	3 083 573
	Contas a receber por operações de seguro direto	3 981 047	82 249	3 898 798	1 709 319	1 529 063
	Contas a receber por operações de resseguro	3 225 282	0	3 225 282	3 976 754	1 033 420
	Contas a receber por outras operações	2 599 125	0	2 599 125	819 510	521 090
	Ativos por impostos e taxas	2 113 883	0	2 113 883	3 558 777	1 900 703
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	1 011 333	0	1 011 333	983 175	738 867
	Ativos por impostos diferidos	1 102 550	0	1 102 550	2 575 602	1 161 836
23	Acréscimos e diferimentos	1 153 292	0	1 153 292	746 412	335 442
	TOTAL ATIVO	239 626 956	5 524 363	234 102 593	197 403 063	175 251 931

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (2/2)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Valores em euros		
		2023 - 12	2022 - 12	2022 - 01
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
21	Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	142 881 088	122 588 419	104 603 442
	De serviços futuros	19 074 292	20 054 983	17 021 506
	De serviços passados	123 806 795	102 533 436	87 581 936
24	Outros passivos financeiros	2 459 266	2 421 295	1 908 130
	Depósitos recebidos de resseguradores	1 673 148	1 362 595	529 947
	Outros	786 118	1 058 701	1 378 183
10	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	252 047	199 116	174 400
25	Outros credores por operações de seguros e outras operações	16 059 251	12 115 958	10 083 698
	Contas a pagar por operações de seguro direto	9 538 766	6 165 840	5 333 832
	Contas a pagar por operações de resseguro	5 807 667	5 026 285	3 966 640
	Contas a pagar por outras operações	712 819	923 833	783 226
	Passivos por impostos e taxas	3 229 093	3 058 722	2 225 810
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	2 575 729	2 511 229	2 183 781
	Passivos por impostos diferidos	653 364	547 494	42 030
23	Acréscimos e diferimentos	1 854 814	1 750 328	1 563 342
	TOTAL PASSIVO	166 735 559	142 133 838	120 558 822
CAPITAL PRÓPRIO				
26	Capital	44 388 315	44 388 315	44 388 315
27	Reservas de reavaliação	888 425	-6 555 268	348 561
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-3 317 632	-6 523 618	345 369
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	3 998 593	0	0
	De diferenças de câmbio	118 861	-46 648	0
	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reserva	88 603	14 998	3 192
27	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	7 171 897	7 798 096	-5 420 830
27	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	-5 493 529	-5 376 597	3 173 250
27	Reserva por impostos	-685 662	930 098	427 279
27	Outras reservas	17 928 573	13 879 683	10 483 976
	Resultados transitados	-3 843 992	-2 624 024	1 292 558
	Resultado do exercício	7 013 007	2 828 921	0
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	67 367 034	55 269 224	54 693 109
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	234 102 593	197 403 063	175 251 931

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



Relatório & Contas 2023

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**
Demonstração de
Variações do Capital
Próprio

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIÁCIÕES DO CAPITAL PRÓPRIO (L1/21)										Valores em euros		
	Reservas de Reavaliação					Outras reservas							
	Capital Social	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	De diferenças de câmbio	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reserva por impostos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transiçados	Resultado do período	TOTAL
26	44 388 315	-6 523 618	0	-46 648	14 998	7 798 096	-5 376 597	930 098	2 757 085	11 122 598	-2 624 024	2 828 921	55 269 224
27		3 205 986											3 205 986
27			3 998 593										3 998 593
27				165 508									165 508
27					73 606								73 606
6-27						-626 198							-626 198
6-27							-116 932						-116 932
27								-1 615 761					-1 615 761
27									404 888,92				404 888,92
3.2													0
	0	3 205 986	3 998 593	165 508	73 606	-626 198	-116 932	-1 615 761	404 889	3 644 000	-1 219 968	1 219 968	5 084 802
	44 388 315	-3 317 632	3 998 593	118 861	88 603	7 171 897	-5 493 529	-685 662	3 161 974	14 766 599	-3 843 992	7 013 007	67 367 034
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2023												

Contabilista Certificado

Carla Perico

Conselho de Administração

Luis Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO (Z/1)

Notas do Anexo	Reservas de Reavalição											Outras reservas		Valores em euros			
	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital Social	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida próprios valorizados ao justo valor através de reservas	De diferenças de câmbio	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reserva por impostos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do período	TOTAL	Valores em euros		
															44 388 315	186 798	0
3.2	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		158 571			3 192			469 309			-2 240 717					
3.2	Integração de resultado de 2021											3 395 708					
26	Demonstração de posição financeira de abertura alterado	44 388 315	345 369	0	0	3 192	-5 420 930	3 173 250	427 279	2 417 514	8 066 461	1 292 558	0				
27	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		-6 868 987														
27	Ganhos líquidos por diferenças de câmbio				-46 648												
27	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas				11 806												
6-27	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro						13 218 925										
6-27	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro							-8 549 846									
27	Ajustamentos por reconhecimento de impostos								502 819								
27	Aplicação dos resultados do exercício anterior									339 571							
27	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas																
	Total das variações do capital próprio	0	-6 868 987	0	-46 648	11 806	13 218 925	-8 549 846	502 819	339 571	3 056 137	339 571	3 056 137	-3 916 582	0	-2 252 805	0
	Resultado líquido do período																
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2022	44 388 315	-6 523 618	0	-46 648	14 998	7 798 096	-5 376 597	930 098	2 757 085	11 122 598	-2 624 024	2 828 921	2 828 921	2 828 921	55 269 224	0

Contabilista Certificado

Carla Perico

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Diretor Financeiro

Ludovico Belo



Relatório & Contas 2023

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**
Demonstração dos
Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		Valores em euros	
<u>Demonstração do fluxo de caixa</u>			
	2023	2022	
Actividades Operacionais:			
Recebimento de clientes	161 375 212	139 414 112	
Pagamentos a fornecedores	-6 732 936	-6 106 711	
Pagamentos ao pessoal	-6 242 953	-5 690 334	
Contribuições para o fundo de pensões	-79 352	-76 710	
Fluxo gerado pelas operações	<u>148 319 971</u>	<u>127 540 357</u>	127 540 357
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-784 852	-205 707	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional:			
Pagamentos de sinistros	-89 781 639	-71 149 207	
Recebimentos/pagamentos de resseguro	-9 846 873	-11 534 940	
Recebimentos/pagamentos de co-seguro	295 906	164 864	
Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas	-21 295 143	-18 435 978	
Outros recebimentos/pagamentos	-15 610 165	-9 754 599	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	<u>11 297 206</u>	<u>16 624 789</u>	16 624 789
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	8 481		
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-15 368	-5 396	-5 396
Fluxo das actividades operacionais (1)	<u>11 290 319</u>	<u>16 619 393</u>	16 619 393
Actividades de Investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	44 874 678	37 536 520	
Activos Tangíveis	0	0	
Activos Intangíveis	0	0	
Subsídios de investimento	0	0	
Juros e proveitos similares	1 218 658	727 015	
Dividendos	46 275	43 720	
Outros recebimentos relativos à actividade de investimento	849 774	5 754 144	44 061 399
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	53 192 461	51 315 855	
Activos Tangíveis	5 102 654	155 043	
Activos Intangíveis	638 443	887 073	
Outros pagamentos relativos à actividade de investimento	234 755	5 122 438	57 480 409
Fluxo das actividades de investimento (2)	<u>59 168 312</u>	<u>5 122 438</u>	-13 419 010
Actividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos			
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão			
Subsídios e doações			
Venda de acções próprias			
Cobertura de prejuízos			
Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento	0	0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	0	0	
Amortização de contratos de locação financeira	47 607	62 800	
Juros e custos similares	3 063	2 360	
Dividendos			
Redução de capital e prestações suplementares			
Aquisição de acções próprias			
Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento	0	379 118	444 278
Fluxo das actividades de financiamento (3)	<u>50 671</u>	<u>379 118</u>	-444 278
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-939 279	2 756 105
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 771 762	6 015 601
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>7 832 483</u>	<u>8 771 762</u>

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



Relatório & Contas 2023

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Caravela – Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Caravela ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503640549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A. em 8 de janeiro de 2015, conforme registo efetuado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap – Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A. e no ano de 2010 para Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A., tendo em 12 de novembro de 2014 sido adquirida na sua totalidade pela Sociedade AAA, SGPS, S.A.

No dia 26 de junho de 2017 teve lugar a transmissão das 26.600.000 ações do Acionista AAA, SGPS, S.A., representativas de 100% do capital social, a diversos Acionistas e, adicionalmente, foi efetuado um aumento de capital, no montante de 6.000.101,96 euros, através da emissão de 14.509.472 novas ações ao valor unitário de 0,413530 euros.

Por decisão da Assembleia Geral realizada no dia 9 de julho de 2019, foi efetuado um aumento de capital no dia 18 de dezembro de 2019, no montante de 30.000.000,00 euros, mediante a emissão de 37.947.205 novas ações sem valor nominal, tendo sido realizado, em dinheiro, em dezembro de 2019 o montante de 10.000.000,00 euros, em dezembro de 2020 igual valor de 10.000.000,00 euros, e em dezembro de 2021 foi realizado o restante montante de 10.000.000,00 euros, tendo ficado concluída a operação da realização integral do capital social da Caravela.

O capital social da Companhia é representado por 79.056.667 ações nominativas sem valor nominal, no montante total de 44.388.315,20 euros, sendo detido em 48% pelo Acionista TPIF Douro BidCo S.à.r.l. com 37.947.205 ações, e que vem exercendo o controlo da Companhia desde o exercício de 2019.

Com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, nº 14, a Caravela dispõe de escritórios no Porto, Leiria e Faro, exercendo a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização nº 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade pelo que as possíveis diferenças identificadas em alguns quadros decorrem deste arredondamento.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foram analisadas pelo Conselho de Administração em reunião de 31 de janeiro de 2024.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vão ser submetidos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no dia 16 de abril de 2024.

2 INFORMAÇÃO DE GESTÃO POR SEGMENTOS

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida, celebrados em Portugal e em países membros da União Europeia, sendo a distribuição por linhas de negócio e por país em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentada da seguinte forma:

									2023
									U: Euro
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Aéreo	Mercadorias Transportadas	R. Civil Geral	Diversos	TOTAL	
Réditos de contratos de seguro	50 825 848	17 330 998	78 476 367	166 150	191 609	2 171 628	8 152 653	157 315 253	
Gastos de contratos de seguros	46 959 019	15 665 399	74 419 838	25 607	177 153	1 967 197	6 706 820	145 921 033	
Réditos de contratos de resseguro cedido	10 056 169	9 915 329	4 015 946	3 127	67 405	7 894	0	24 065 870	
Gastos de contratos de resseguro cedido	7 388 519	10 072 434	7 970 007	69 090	96 509	33 234	0	25 629 792	
Resultado de contratos de seguro	6 534 479	1 508 495	102 468	74 579	-14 648	179 090	1 445 834	9 830 297	
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	0	0	0	0	0	0	0	0	
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	213 396	11 754	9 438	0	0	93	0	234 681	
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	83 961	10 311	9 596	0	0	0	0	103 868	
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	-129 435	-1 443	158	0	0	-93	0	-130 813	
Rendimentos	1 444 639	55 803	1 202 648	1 561	2 208	45 140	102 801	2 854 800	
Gastos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-613	-74	-1 592	-2	-3	-60	-136	-2 480	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-2 328	-4 143	-89 289	-116	-164	-3 351	-7 632	-107 023	
Diferenças de câmbio	0	0	0	0	0	0	0	0	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	14 350	1 095	23 603	31	43	886	2 018	42 025	
Gastos não atribuíveis	2 314 836	169 117	3 644 780	4 732	6 692	136 802	311 553	6 588 512	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultado Técnico	5 517 556	1 388 426	-2 453 991	71 260	-19 342	83 038	1 227 296	5 814 244	
Outros rendimentos/gastos								115 915	
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial								1 262 512	
Resultado não técnico								1 378 427	
Resultado antes de impostos								7 192 671	

									2022
									U: Euro
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Aéreo	Mercadorias Transportadas	R. Civil Geral	Diversos	TOTAL	
Réditos de contratos de seguro	39 054 503	13 402 326	68 368 208	151 243	202 502	1 857 054	6 968 070	130 003 908	
Gastos de contratos de seguros	45 749 706	11 854 169	61 748 671	-6 737	98 247	828 094	7 487 418	127 759 568	
Réditos de contratos de resseguro cedido	13 626 552	8 312 723	6 349 892	-15 119	72 199	15 245	0	28 361 493	
Gastos de contratos de resseguro cedido	9 689 825	4 742 437	8 717 000	73 916	109 067	27 073	50	23 359 368	
Resultado de contratos de seguro	-2 758 476	5 118 444	4 252 429	68 946	67 387	1 017 132	-519 397	7 246 466	
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	0	0	0	0	0	0	0	0	
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	162 190	-1 708	5 040	-465	-9	1 919	-4 346	162 620	
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	67 849	-1 418	4 994	-326	-6	1 410	0	72 503	
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	-94 340	290	-46	140	3	-509	4 346	-90 116	
Rendimentos	966 655	19 901	384 156	644	436	13 625	37 712	1 423 129	
Gastos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-219	333	6 430	11	7	228	631	7 421	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-3 007	-6 885	-132 901	-223	-151	-4 714	-13 047	-160 927	
Diferenças de câmbio	0	0	0	0	0	0	0	0	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	2 704	329	6 358	11	7	226	624	10 259	
Gastos não atribuíveis	1 798 558	173 962	3 358 113	5 630	3 811	119 103	329 663	5 788 840	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultado Técnico	-3 690 649	4 957 792	1 145 597	63 877	63 864	906 434	-820 042	2 626 873	
Outros rendimentos/gastos								-10 363	
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial								0	
Resultado não técnico								-10 363	
Resultado antes de impostos								2 616 510	

2023				
U: Euro				
Rúbrica	Portugal	França	Grécia	TOTAL
Réditos de contratos de seguro	149 803 623	4 676 261	2 835 368	157 315 253
Gastos de contratos de seguros	139 455 864	3 971 429	2 493 740	145 921 033
Réditos de contratos de resseguro cedido	20 639 121	2 321 830	1 104 918	24 065 870
Gastos de contratos de resseguro cedido	22 203 492	2 504 441	921 859	25 629 792
Resultado de contratos de seguro	8 783 388	522 222	524 687	9 830 297
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	0	0	0	0
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	192 875	30 540	11 266	234 681
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	66 100	28 077	9 691	103 868
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	0	0	0	0
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	-126 775	-2 463	-1 575	-130 813
Rendimentos	2 730 345	67 537	56 918	2 854 800
Gastos financeiros	0	0	0	0
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-2 372	-59	-49	-2 480
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-102 358	-2 532	-2 134	-107 023
Diferenças de câmbio	0	0	0	0
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	40 193	994	838	42 025
Gastos não atribuíveis	6 301 285	155 866	131 360	6 588 512
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	0	0	0	0
Resultado Técnico	4 940 751	427 844	445 649	5 814 244
Outros rendimentos/gastos				115 915
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				1 262 512
Resultado não técnico				1 378 427
Resultado antes de impostos				7 192 671

2022			
U: Euro			
Rúbrica	Portugal	França	TOTAL
Réditos de contratos de seguro	126 396 974	3 606 934	130 003 908
Gastos de contratos de seguros	122 497 548	5 262 020	127 759 568
Réditos de contratos de resseguro cedido	24 451 203	3 910 290	28 361 493
Gastos de contratos de resseguro cedido	21 698 968	1 660 400	23 359 368
Resultado de contratos de seguro	6 651 661	594 805	7 246 466
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	0	0	0
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	155 922	6 698	162 620
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	69 517	2 986	72 503
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	0	0	0
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	-86 405	-3 712	-90 116
Rendimentos	1 384 699	38 430	1 423 129
Gastos financeiros	0	0	0
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-151 288	-2 218	-153 506
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0
Diferenças de câmbio	0	0	0
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	10 301	-42	10 259
Gastos não atribuíveis	5 644 059	144 781	5 788 840
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	0	0	0
Resultado Técnico	2 144 307	482 566	2 626 873
Outros rendimentos/gastos			-10 363
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial			0
Resultado não técnico			-10 363
Resultado antes de impostos			2 616 510

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 235.º do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e das secções 3.2.1.1. e 3.2.1.2. da decisão sobre a colaboração das Autoridades de Supervisão de Seguros do Espaço Económico Europeu, (BoS-21-235, de 10 de junho de 2021), a Caravela –

Companhia de Seguros, S.A. pode exercer atividade em livre prestação de serviços em Estados Membros da União Europeia, a partir da sua sede em Portugal.

Assim, Caravela – Companhia de Seguros, S.A. está autorizada a operar em regime de livre prestação de serviços nos seguintes países: França, Grécia, Países Baixos e Espanha.

Em França, está autorizada a operar nos ramos de seguros de incendio e outros danos, acidentes, responsabilidade civil geral, caução e perdas pecuniárias diversas.

Na Grécia, está autorizada nos ramos de seguro automóvel, caução e assistência.

Nos Países Baixos, está autorizada para o seguro automóvel e a assistência.

Por último, em Espanha, está autorizada no ramo do seguro de caução.

A operação em França iniciou-se em 2021, através de uma parceria com a DUNE. É distribuído um produto que se destina a operações de construção no âmbito da obrigação definida no Artigo L.242-1 do Código de Seguros de França. O produto é destinado a obras.

Na Grécia, a operação iniciou-se em fevereiro de 2023, estabelecendo-se uma parceria com a BROKINS, SA. É distribuído um produto que se destina a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil automóvel, fixada legislação grega, nomeadamente pelas disposições da Lei 4364/2016, Lei 489/76 como codificada e aplicável e Lei 2496/97 como suplementar.

Nos Países Baixos, a autorização para operar neste país foi concedida em 21 de março de 2023, e iniciou-se a atividade em novembro de 2023, estabelecendo uma parceria com a Biesbosch Assuradeuren Anno 2000 B.V., que atua no mercado neerlandês como corretora e coordenadora de agentes de seguros. É distribuído um produto que se destina a cumprir destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil automóvel, fixada pela legislação neerlandesa.

As primeiras operações iniciaram-se em janeiro de 2024.

Em 17 de outubro de 2023, foi concedida autorização para operar o ramo cauções, em Espanha, França e Grécia, contudo ainda não existe registo de operações em 2023.

3 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

3.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Caravela em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2022-R de 2 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os valores das contas da Demonstração da Posição Financeira e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2023 e 2022 são comparáveis entre si, incluindo o impacto da aplicação pela primeira vez da IFRS 17 – Contratos de seguro e da IFRS 9 – Instrumentos financeiros, encontrando-se as Demonstrações Financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB, e adotadas pela União Europeia, efetivas a 1 de janeiro de 2023.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, os terrenos e edifícios de rendimento, e dos passivos de contratos de seguro que se encontram mensurados ao justo valor.

3.2 Novas normas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia foram aplicadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2023		
• IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
• IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfaseamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “ <i>overlay</i> ”	1 de janeiro de 2023

Descrição	Alteração	Data efetiva
	na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	
<ul style="list-style-type: none"> IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação 	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar II 	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar II. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos quatro anos)	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram gerados efeitos materiais nas demonstrações financeiras anexas decorrentes da adoção das normas / interpretações / emendas e revisões acima referidas, à exceção da aplicação da IFRS 17 e da consequente adoção pela primeira vez da IFRS 9 – Instrumentos financeiros, conforme referido no capítulo “Impacto da alteração de políticas contabilísticas no exercício”.

Descrição	Alteração	Data efetiva
2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, endossadas pela EU		
<ul style="list-style-type: none"> IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “covenants” 	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”	1 de janeiro de 2024

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação 	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024

Estas alterações às normas ainda não se encontram efetivas, pelo que não foram adotadas pela Companhia nestas demonstrações financeiras do exercício de 2023. A Companhia não estima impactos da adoção futura destas alterações às normas.

Descrição	Alteração	Data efetiva
3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, ainda não endossadas pela UE		
<ul style="list-style-type: none"> IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores 	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024
<ul style="list-style-type: none"> IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade 	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Estas alterações às normas ainda não se encontram efetivas, pelo que não foram adotadas pela Companhia nestas demonstrações financeiras do exercício de 2023. A Companhia não estima impactos da adoção futura destas normas.

Impacto da alteração de políticas contabilísticas no exercício

Em 1 de janeiro de 2023 tornou-se efetiva a IFRS 17 – Contratos de seguro que substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro.

Adicionalmente e porque o IASB permitiu que as empresas com atividade seguradora pudessem diferir a aplicação da IFRS 9 – instrumentos financeiros (efetiva desde 1 de janeiro de 2018) até à data em que a IFRS 17 se tornasse efetiva, pelo que a Caravela também efetuou a sua adoção neste exercício, substituindo a IAS 39.

IFRS 17 & 9 – Impacto da adoção

Os impactos da adoção desta norma na Demonstração da Posição Financeira à data de início do período comparativo o 1 de janeiro de 2022 foram os seguintes:

	31/12/2021 IFRS 4	Reclassificações e Ajustamentos IFRS 17	Reclassificações IFRS 9	01/01/2022 IFRS 17
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6 015 601			6 015 601
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5 000			5 000
Activos disponíveis para venda	104 668 081		-104 668 081	0
Empréstimos e contas a receber	2 898 565		-2 898 565	0
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	0		4 951 823	4 951 823
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	0		99 716 258	99 716 258
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	0		2 898 565	2 898 565
Derivados de cobertura	0			0
Terrenos e edifícios	9 049 484			9 049 484
Outros ativos tangíveis	347 328			347 328
Inventários	87 521			87 521
Ativos sob direito de uso	1 337 139			1 337 139
Goodwill	0			0
Outros ativos intangíveis	3 438 511			3 438 511
Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Não Vida	34 016 490	8 068 492		42 084 983
De serviços futuros	0			2 703 378
De serviços passados	0			39 381 605
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	14 156 670	-11 073 097		3 083 573
Ativos por impostos e taxas	846 774	1 053 929		1 900 703
Acréscimos e diferimentos	335 442			335 442
TOTAL ATIVO	177 202 607	-1 950 676	0	175 251 931
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	100 453 241	4 150 200		104 603 442
De serviços futuros				17 021 506
De serviços passados				87 581 936
Outros passivos financeiros	1 908 130			1 908 130
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	174 400			174 400
Outros credores por operações de seguros e outras operações	10 560 691	-476 993		10 083 698
Passivos por impostos e taxas	3 992 467	-1 766 657		2 225 810
Acréscimos e diferimentos	1 563 342			1 563 342
TOTAL PASSIVO	118 652 272	1 906 550	0	120 558 822
Capital (Ações próprias)	44 388 315			44 388 315
Outros instrumentos de capital				
Reservas de reavaliação	186 798		161 762	348 561
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	186 798			345 369
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas				3 192
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro		-5 420 830		-5 420 830
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro		3 173 250		3 173 250
Reserva por impostos	-42 030	469 309		427 279
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de reservas				
Outras reservas	10 483 976			10 483 976
Resultados transitados	137 567	1 316 753	-161 762	1 292 558
Resultado do exercício	3 395 708	-3 395 708		
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	58 550 335	-3 857 226	0	54 693 109
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	177 202 607	-1 950 676	0	175 251 931

Transição

No momento da transição, o normativo requer que a Companhia aplique a abordagem retrospectiva para reconhecer e mensurar tanto os contratos de seguro como os de resseguro cedido. À luz desta abordagem, a IFRS 17 teria de ser aplicada como se estivesse desde sempre em vigor.

No entanto, se tal for impraticável o normativo prevê duas possíveis alternativas: a abordagem retrospectiva modificada e a abordagem do justo valor.

Como a Companhia dispõe de toda a informação histórica necessária aplicou a abordagem retrospectiva à totalidade dos seus portfólios de contratos de seguros.

Relativamente à IFRS 9, a Companhia aplicou o seu impacto retrospectivamente a 1 de janeiro de 2022, consistente com a opção de adoção da IFRS 17. O principal impacto da adoção da IFRS 9 refere-se à classificação dos investimentos em instrumentos de capital, títulos de dívida e Empréstimos e contas a receber de acordo com as três novas categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9, atendendo ao modelo de negócio seguido para a recuperação do valor dos ativos e a natureza dos fluxos de caixa contratuais.

3.3 Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais aplicadas pela Caravela foram aplicadas de forma consistente a todos os períodos apresentados.

3.3.1 Contratos de seguro

A Companhia adotou a IFRS 17 – Contratos de Seguro a partir de 1 de janeiro de 2023. Esta resulta em mudanças significativas a nível da contabilização de contratos de seguro e de resseguro, que estão detalhadas abaixo.

a. Classificação dos contratos

Contratos de seguro

Atualmente a Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação de ambos.

A Companhia reconhece como contratos de seguro, os contratos em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

No caso de contratos em que o risco seja essencialmente financeiro e o risco de seguro assumido pela Companhia não seja significativo, mas exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos tomadores de seguro, a Companhia considera estes contratos como sendo contratos de seguro e como tal são mensurados em conformidade com a IFRS 17.

Contratos de resseguro cedido

A Companhia celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Se, a entidade

resseguradora não tiver a capacidade de cumprir com as suas obrigações, a Companhia continua responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

b. Nível de agregação

A Companhia determina o nível de agregação para os contratos de seguro emitidos dividindo-os por portfólios. Cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto.

A Companhia agrupou os seus portfólios da seguinte forma:

Portfólios	
Código	Nome
AT	Acidentes de Trabalho
AP	Acidentes Pessoais
Saúde	Saúde
IOD	Incêndios e Outros Danos
AUTO	Automóvel
Mar + Transp	Marítimo e Transportes
Mercadorias	Mercadorias Transportadas
RCG	Responsabilidade Civil Geral

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro inseridos em cada portfólio são divididos em grupos de:

- Contratos que são onerosos;
- Contratos que não apresentam uma possibilidade significativa de se tornarem posteriormente onerosos;
- Restantes contratos do portfólio.

A Companhia aplicou a metodologia anteriormente referida para os contratos de resseguro cedido, conforme previsto no normativo. Neste sentido foram definidos os seguintes portfólios:

• Auto	• Desporto profissional
• Danos próprios carros de luxo	• Multirriscos;
• ALD;	• Engenharia;
• Ambiental;	• Marítimo;
• Acidentes de trabalho;	• Catastrófico;
• Acidentes pessoais;	• Saúde

A norma IFRS 17 não permite que sejam incluídos num mesmo portfólio contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Neste sentido, cada portfólio deverá ser desagregado em *cohorts* anuais, ou *cohorts* que consistem em períodos inferiores a um ano.

A Companhia separa os seus contratos em *cohorts* anuais tendo por base o ano civil.

c. Separação de componentes

O normativo exige que a Companhia separe as componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento.

A Companhia não detém, ao momento, componentes de investimento distintas pelo que não necessita de efetuar esta separação.

A Companhia, atualmente, também não detém componentes de investimento não distintas.

d. Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece um dado grupo de contratos de seguro por si emitidos a partir da primeira das seguintes ocorrências:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro do grupo se torna exigível;
- data em que o grupo se torna oneroso, no caso de grupos de contratos onerosos.

No caso dos grupos de contratos de resseguro cedidos a Companhia reconhece-os a partir da primeira das seguintes datas:

- o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro cedidos;
- a data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes. No entanto, se a Companhia celebra um contrato de resseguro conexo cedidos no grupo de contratos de resseguro cedidos reconhece-o nessa data ou antes.

e. Modelos de mensuração

A IFRS 17 prevê a utilização de três modelos de mensuração, o modelo geral de mensuração, o modelo de imputação dos prémios e o modelo da comissão variável, nos quais os réditos de contratos de seguro são reconhecidos em ganhos e perdas ao longo

do tempo, à medida que os serviços vão sendo prestados. Os modelos têm por base o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado.

Atendendo ao tipo de produtos detidos pela Companhia e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a Companhia aplica a abordagem do modelo de imputação dos prémios.

Esta abordagem é opcional e só pode ser aplicada a contratos de curta duração. Apesar de ser o modelo mais simplificado previsto na IFRS 17, não são esperadas diferenças significativas face ao modelo geral de mensuração para este tipo de contratos.

f. Fronteiras Contratuais

O normativo prevê que a Companhia inclua no cálculo dos fluxos de caixa a ligados ao cumprimento dos contratos de seguro e dos contratos de resseguro detido as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro dos limites de cada contrato do grupo. Os fluxos de caixa inscrevem-se dentro dos limites de um contrato de seguro se decorrem de direitos e obrigações de carácter substantivo existentes durante o período de relato por via dos quais a Companhia pode obrigar o tomador de seguro a pagar os prémios ou a Companhia tem uma obrigação material de prestar serviços de contratos de seguro ao tomador de seguro.

Uma obrigação material de prestação de serviços de contratos de seguro termina quando:

- a Companhia tiver a possibilidade prática de reavaliar os riscos do tomador de seguro, pelo que pode fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente esses riscos; ou
- estiverem preenchidos ambos os seguintes critérios:
 - i. a Companhia tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos da carteira de contratos de seguro que contém o contrato e, conseqüentemente, puder fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente o risco dessa carteira; e
 - ii. a tarifação dos prémios até à data em que os riscos são reavaliados não tem em conta os riscos que dizem respeito a períodos posteriores à data de reavaliação.

No caso dos contratos de resseguro cedido, a obrigação substantiva de receber serviços termina quando o ressegurador tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos de seguro que lhe foram transferidos e, conseqüentemente, puder definir o preço ou o nível de benefícios que reflitam esse mesmo risco, ou quando o ressegurador tiver o direito substantivo de cessar a cobertura.

A Companhia não reconhece ativos ou passivos relativos a prémios ou sinistros que não estejam inseridos nas fronteiras contratuais – estes montantes dizem respeito a contratos de seguro futuros.

Aplicação dos modelos de mensuração aos contratos de seguro

1. Abordagem da imputação dos prémios

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que a Companhia apenas a aplicou porque o segundo requisito abaixo mencionado se verificou para todos os produtos comercializados pela Companhia.

Estes requisitos referem que uma Companhia só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, para apurar a quantia escriturada do passivo a Companhia considerou:

- os prémios eventualmente recebidos no reconhecimento inicial, se for o caso;
- menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros nessa data, salvo se a Companhia optar por reconhecer os pagamentos como gastos; e
- mais ou menos qualquer quantia decorrente do desreconhecimento nessa data do seguinte:
 - i. quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros;

- ii. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Os fluxos de caixa de aquisição anteriormente referidos, podem ser diferidos ao longo do período de cobertura dos contratos ou reconhecidos como gastos quando incorridos. A Companhia optou por diferir os fluxos de caixa de aquisição de forma racional e sistemática ao longo do período de cobertura dos contratos.

Taxa de desconto

A Companhia mensura o valor temporal do dinheiro através da utilização de taxas de desconto que reflitam as características de liquidez dos contratos de seguro e que sejam coerentes com os preços de mercado correntes observáveis. As taxas de desconto excluem o efeito de fatores que influenciam esses preços de mercado observáveis, mas não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

A Companhia aplica a abordagem *bottom-up* para apurar a taxa de desconto.

Desta forma, a taxa de desconto é determinada ajustando uma curva de rendimento isenta de risco líquida, a fim de refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que estão na base das taxas praticadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de seguro.

Ajustamento de risco

O ajustamento de risco reflete a compensação que a Companhia exige para suportar a incerteza sobre o montante e a ocorrência dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A norma não prevê uma metodologia específica para o cálculo do ajustamento de risco, ditando que deverá ser utilizado julgamento por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica.

A Companhia optou por utilizar o método do *Value at Risk* (VaR) para apurar o ajustamento de risco. O VaR é uma medida estatística que avalia a perda máxima esperada para um determinado nível de confiança. No caso de um grupo de contratos, este valor representará os fluxos de caixa futuros calculados a esse nível de confiança.

De modo a definir o nível de confiança a aplicar na metodologia VaR, foram analisados dois tipos de responsabilidades dentro do portfólio da Companhia, os similares a vida (Anuidades de Acidentes de Trabalho) e os não similares a vida (Resto da carteira).

Para as responsabilidades valorizadas seguindo técnicas de não vida bem como para as responsabilidades valorizadas seguindo técnicas de vida o nível de confiança adotado traduz um provisionamento ao nível da melhor estimativa.

A Companhia optou por não desagregar o efeito financeiro do ajustamento de risco para o risco não financeiro entre o resultado de contratos de seguro e o resultado da componente financeira dos contratos de seguro.

Mensuração subsequente

Para mensurar a quantia escriturada do passivo no final de cada período de relato subsequente, a Companhia teve em consideração:

- a quantia escriturada no início do período do relato;
- mais os prémios recebidos durante o período;
- menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- mais quaisquer quantias respeitantes à amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidas como gastos no período de relato;
- mais qualquer ajustamento de uma componente de financiamento;
- menos o montante reconhecido como rédito de seguros por serviços prestados nesse período;
- menos qualquer componente de investimento paga ou transferida para o passivo para sinistros ocorridos.

Conforme mencionado no normativo, não é imperativo ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro se a entidade tiver a expectativa de que esses fluxos de caixa irão ser pagos ou recebidos no espaço de um ano ou menos a contar da data de participação dos sinistros.

Como a carteira da Caravela é constituída por produtos anuais renováveis, com um período de cobertura igual ou inferior a um ano, a Companhia optou por não ajustar o valor da componente dos fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro.

A Companhia mensura os passivos para sinistros ocorridos do grupo de contratos de seguro como os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com sinistros ocorridos, em linha com a metodologia que é aplicada para o modelo geral de

mensuração uma vez que a diferença entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos nem sempre é inferior a um ano.

Para os contratos de resseguro cedido a aplicação desta abordagem é efetuada em linha com o procedimento acima descrito.

Contratos onerosos

Se ao longo do período de cobertura surgirem factos ou circunstâncias que indiquem que um grupo de contratos de seguro é oneroso, a Companhia apura a diferença entre:

- a quantia escriturada do passivo de cobertura remanescente; e
- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à cobertura remanescente do grupo. No entanto, como a Companhia procede ao ajustamento do passivo para sinistros ocorridos, para o valor temporal do dinheiro e para os efeitos do risco financeiro, a Companhia inclui esses ajustamentos nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos.

Rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE)

Os rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE) compreendem a variação do valor contabilístico de grupos de contratos de seguros decorrentes do:

- efeito do valor temporal do dinheiro e das suas respetivas variações; e
- efeito do risco financeiro e respetivas variações.

O normativo define que, neste âmbito, uma entidade faça uma opção da política contabilística quanto à necessidade de desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. A política contabilística selecionada pela entidade deve ser aplicada a portfólios de contratos de seguro. De acordo com a IAS 8.13, a escolha da política contabilística deve ser aplicada de forma consistente a portfólios similares de contratos de seguro.

A Companhia optou por desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. Esta opção foi aplicada retrospectivamente.

3.3.2 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os ativos financeiros reconhecidos na data da negociação (“Trade Date”, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo).

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura o ativo ou passivo financeiro pelo seu justo valor juntamente com os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão dos mesmos, para os ativos ou passivos financeiros que não são mensurados ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de ativos e passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do exercício quando incorridos.

Imediatamente após o reconhecimento inicial, é reconhecida uma provisão para as perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e os investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço da transação no reconhecimento inicial, a entidade reconhece a diferença da seguinte forma:

- a. Quando o justo valor é evidenciado por um preço cotado num mercado ativo (Nível 1 da hierarquia do justo valor da IFRS 13) ou com base numa técnica de avaliação que utiliza dados observáveis de mercado, a diferença é reconhecida como um rendimento ou gasto.
- b. Nos restantes casos, a diferença é diferida e amortizada ao longo da vida útil do instrumento financeiro, até que o justo valor possa ser determinado usando dados observáveis de mercado, ou liquidado.

Custo amortizado e taxa de juro efetiva

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente menos os reembolsos do principal, juntamente com a amortização cumulativa usando o método do juro efetivo para qualquer diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento e, para ativos financeiros ajustados por qualquer perda.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os futuros pagamentos/recebimentos de caixa estimados do ativo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro ou para o custo amortizado de um passivo financeiro. Quando a Companhia revê as estimativas de fluxos de caixa futuros, o valor contabilístico do respetivo ativo ou passivo financeiro é ajustado para refletir a nova

estimativa descontada utilizando a taxa de juro efetiva original. Quaisquer alterações são reconhecidas nos resultados do exercício.

As receitas de juros provenientes do cálculo da taxa de juro efetiva ao valor bruto dos ativos financeiros são reconhecidas ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

3.3.2.1 Ativos financeiros

Classificação e mensuração subsequente

O Grupo reconhece os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- a. Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
- b. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral
- c. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Instrumentos de dívida

O reconhecimento e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gerir o ativo e as características de fluxos de caixa do ativo. Existem três categorias de mensuração nas quais a Companhia classifica os seus instrumentos de dívida:

- **Custo amortizado:** ativos detidos somente para cobrança de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e de juros, sendo mensurados ao custo amortizado. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em juros e outros rendimentos similares através da utilização do método da taxa de juro efetiva.
- **Justo valor através de outro rendimento integral:** ativos detidos para cobrança de fluxos de caixa contratuais e para venda desses mesmos ativos financeiros, quando os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e de juro, são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. As variações no valor contabilístico são reconhecidas em outro rendimento integral, exceto as variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças de câmbio, as quais são reconhecidas em resultados do período. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, os ganhos/(perdas) cumulativos previamente reconhecidos em outro rendimento integral são reclassificados de capital próprio para resultados do exercício. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em juros e rendimentos financeiros através do método da taxa de juro efetiva.

- Justo valor através de resultados: os ativos que não cumprem com o critério do custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através de resultados. Um ganho/(perda) num investimento de dívida que é mensurado subsequentemente ao justo valor através de resultados é reconhecido e apresentado na demonstração dos resultados consolidada.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade para determinar se os seus fluxos de caixa são pagamentos de principal e de juro. A Companhia reclassifica investimentos de dívida apenas quando o seu modelo de negócio de gestão de ativos altera.

Instrumentos de capital próprio

A Companhia mensura subsequentemente os seus instrumentos de capital próprio ao justo valor através de resultados e através de outro rendimento integral. Os ganhos/(perdas) de instrumentos de capital próprio ao justo valor através de resultados são incluídos na linha “Ganhos líquidos de investimentos ao justo valor através de resultados” na demonstração de resultados e os ganhos/(perdas) de instrumentos de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral são incluídos na linha “reservas de reavaliação” na demonstração da posição financeira.

Perdas de imparidade

A Companhia avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos seus instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito. A nota de Risco de Crédito detalha os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

A mensuração das perdas de crédito estimadas reflete:

- a. Um valor imparcial e ponderado pela probabilidade que é determinada pela avaliação de um possível acontecimento;
- b. Valor temporal do dinheiro; e
- c. Informação razoável e sustentável acerca de acontecimentos passados, condições atuais e previsões económicas futuras, que estejam disponíveis à data do relato.

Desreconhecimento (exceto modificação)

Ativos financeiros, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa dos ativos expiraram, ou quando eles foram transferidos e:

- i) A Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou
- ii) A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não retém o controlo

3.3.2.2 Passivos financeiros

Classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são reconhecidos e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto para derivativos, os quais são mensurados ao justo valor através de resultados.

As alterações no justo valor dos passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados relacionadas com o risco de crédito próprio são apresentadas no outro rendimento integral, enquanto todas as outras alterações ao justo valor são apresentadas na demonstração de resultados.

Desreconhecimento

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes de caixa e depósitos à ordem” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses da data de constituição ou aquisição e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.3.4 Terrenos e edifícios de rendimento

A rubrica de Terrenos e edifícios de rendimento inclui os imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obter rendimento através de locação e/ ou valorização.

Os Terrenos e edifícios de rendimento, seguem os princípios de mensuração das propriedades de investimento, e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos diretamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao justo

valor conforme as avaliações efetuadas com recurso a peritos avaliadores independentes, não sendo sujeitos ao registo de depreciações.

A Caravela definiu que as avaliações independentes, face à baixa volatilidade dos valores de mercado, devem ser realizadas de 3 em 3 anos.

Nos restantes anos, a Caravela avalia internamente, através do método do rendimento, se existem indícios de imparidade.

Caso existam indícios de imparidade, a Caravela procederá de imediato à avaliação independente das propriedades, que caso confirmem os indícios refletirá em balanço essa perda.

Caso não existam indícios de imparidade, a Caravela não registará qualquer variação de valorização em balanço.

No ano 2023 a Caravela concluiu através de avaliação interna que não existiam indícios de imparidade em nenhuma dos imóveis detidos.

Os gastos suportados com os Terrenos e edifícios de rendimento são registados, quando incorridos. Os rendimentos obtidos com as rendas de locação são reconhecidos na rubrica “Rendimentos de Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguros” da Demonstração de resultados.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados a cada data de relato anual e as variações de justo valor apuradas são registadas em resultados na rubrica “Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

3.3.5 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis incluem as rubricas:

- Terrenos e edifícios de uso próprio
- Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são determinadas de acordo com o período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, conforme tabela abaixo:

Descrição	anos vida útil
Mobiliário	8
Máquinas e Ferramentas	4 a 10
Equipamento informático	3 a 6
Instalações Interiores	5
Mat. Transporte	4 e 5
Outro Equipamento	8 a 10

As depreciações são registadas em gastos do exercício.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

O valor contabilístico do ativo tangível é desreconhecido no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são reconhecidos na rubrica “Outros Gastos” da Demonstração de resultados.

3.3.6 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Companhia, que sejam controláveis pela Companhia e se possa mensurar razoavelmente o seu valor.

Nesta rubrica encontram-se registados os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

3.3.7 Locações

Uma locação é definida como um contrato que confere o direito de controlar o uso de um ativo identificável durante um certo período e em troca de um determinado valor.

Na ótica do locatário

Na data de início de cada contrato, a Companhia avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação, reconhecendo um ativo sob direito de uso e um passivo de locação, na data da entrada em vigor do contrato, ou seja, na data em que a Companhia assume o controlo sobre o ativo.

A Companhia aplica a exceção de reconhecimento prevista na IFRS 16 para os contratos de locação cujo prazo de arrendamento é igual ou inferior a 12 meses e para os contratos de locação sobre ativos de baixo valor.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo valor inicial do passivo de locação ajustado de quaisquer pagamentos efetuados na data de início ou antes desta, de custos diretos iniciais incorridos, de custos estimados de desmantelamento e restauro (caso aplicável), e deduzido dos incentivos incorridos.

O valor do passivo de locação corresponde ao valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação ou, se esta não puder ser facilmente identificada, a taxa incremental de financiamento da Companhia.

No que respeita à mensuração subsequente, os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade e o passivo de locação é aumentado refletindo os juros sobre o mesmo e é reduzido pelos pagamentos de locação realizados no período.

O passivo de locação pode, também, sofrer remensurações caso se verifiquem alterações nos pagamentos futuros, devendo a Companhia reconhecer o referido montante como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

Sempre que o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, a Companhia procede à remensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) e ajusta o ativo sob direito de uso em conformidade.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos enquanto gastos no período em que o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

A Companhia apresenta o ativo sob direito de uso em rubrica segregada na demonstração da posição financeira, e apresenta o passivo de locação na rubrica de “Outros passivos financeiros” da demonstração da posição financeira.

Na ótica do locador

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais quando essa transferência não ocorre.

Numa locação financeira, à data de entrada em vigor, o locador deve reconhecer os ativos detidos sob uma locação financeira na sua demonstração da posição financeira, como uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação.

Nas locações em que a Companhia atua como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos ativos afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Companhia como “Terrenos e edifícios de rendimento” e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

A Companhia, inerente à sua atividade, apenas detém contratos que qualificam como locação operacional.

3.3.8 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração de resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor, pelo valor dos gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2023 e 2022 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A IFRS 17 “Contratos de seguro” entrou em vigor em 1 de janeiro de 2023, sendo esta a data de transição relevante para efeitos fiscais. O n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro, estatui a norma transitória em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), a respeito dos impactos contabilísticos decorrentes da IFRS 17 “Contratos de seguro”, a qual define que concorrem, em partes iguais, para a formação do resultado tributável correspondente ao período de tributação iniciado em 2023 e em cada um dos nove períodos de tributação subsequentes, as variações patrimoniais positivas e negativas não refletidas no resultado líquido do exercício que preencham os seguintes requisitos cumulativos: (i) decorram da adoção pela primeira vez do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”), aprovado em anexo à Norma Regulamentar n.º 9/2022-R, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 228, de 25 de novembro de 2022, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”); e (ii) sejam consideradas fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC, resultantes do reconhecimento ou desreconhecimento de ativos ou passivos, ou de alterações na respetiva mensuração.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, no entanto, os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de relato.

3.3.9 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são registadas de acordo com a sua natureza, podendo corresponder a benefícios de curto prazo, benefícios de longo prazo ou benefícios pós-emprego, atribuídos como contrapartida dos serviços prestados pelos empregados.

A Companhia tem atribuídos benefícios pós-emprego das seguintes naturezas:

a) Plano de pensões de benefício definido

No âmbito de um plano de benefícios definidos a Companhia estima a cada data de relato o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, tendo em consideração: (i) o custo dos serviços correntes incorridos no exercício e o efeito do juro líquido apurado pelo efeito da passagem do tempo, os quais são registados nos Gastos com pessoal no capital próprio; e (ii) as remensurações resultantes das alterações aos pressupostos atuariais utilizados e do diferencial apurado entre a rentabilidade real do fundo e o efeito no juro líquido da quota-parte da remuneração do saldo do fundo. Para a determinação destes impactos utiliza peritos em atuariado.

A Companhia tem um plano de benefícios definidos atribuído no âmbito do CCT de 2008, que se encontra fechado a novas entradas (ver Nota 10.2).

b) Plano de pensões de contribuição definida

Relativamente a este plano a Companhia não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições acordadas. As obrigações assumidas com um plano de contribuição definida são reconhecidas como gasto no exercício em que o empregado presta o serviço, de acordo com as condições definidas no plano, usualmente uma percentagem calculada sobre a remuneração, não sendo aplicados quaisquer pressupostos atuariais ou descontos.

A Companhia tem atribuído um plano de contribuição definida ao abrigo do “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” e abrange todos os empregados (ver Nota 10.2).

c) Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo correspondem a benefícios atribuídos por contrapartida da prestação de serviços que se vencem numa data específica futura. O cálculo dos benefícios é similar ao que é adotado para os planos de benefícios definidos (cálculo atuarial e financeiro), no entanto, as remensurações são registadas como gastos com pessoal, na Demonstração de resultados.

A Companhia tem atribuído o Prémio de permanência que atribui um prémio por cada 5 anos de serviço prestado (ver Nota 10.2).

3.3.10 Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Companhia exerce influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo

conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o qual, as participações são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Companhia no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Companhia nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos para com a participada.

3.3.11 Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Caravela e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos em outro rendimento integral.

4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no exercício seguinte são as que seguem.

4.1 Estimativas relacionadas com as responsabilidades com seguros

Os contratos de seguro no âmbito de IFRS 17 são mensurados ao nível de grupos de contratos de seguros. Até um determinado ponto, tal como explicado na nota 3.3.1. Políticas Contabilísticas de Contratos de Seguro, em que se explica o processo de apurar o nível de agregação, existe um exercício de julgamento ao identificar os portfólios e a definir os grupos quando baseados na sua rentabilidade.

Adicionalmente, ao determinar o ajustamento de risco para o risco não financeiro ou as taxas de desconto a utilizar, está a ser exercido um julgamento. O mesmo para os critérios de alocação de custos à categoria de atribuíveis e não atribuíveis.

Na estimativa do Passivo para Contratos de Seguro – De Serviços Passados, ou passivo para Sinistros Ocorridos, são utilizados métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run-off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, o que corresponde à melhor estimativa possível e cumpre com as condições de consideração de fluxos de caixa a incluir na mensuração dos contratos de seguro, tal como previstas no normativo.

Especificamente, no ramo de Acidentes de Trabalho, deverá ser considerada como parte do Passivo para Sinistros Ocorridos, os montantes relativos a pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença.

4.2 Classificação dos ativos financeiros

A Companhia efetua julgamentos na classificação dos instrumentos de dívida enquanto ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados ou ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas.

No que se refere ao cumprimento dos critérios SPPI – *Solely Payment of Principal and Interest*, uma vez que a Companhia investe apenas em instrumentos financeiros com termos contratuais que apenas preveem o pagamento do nominal acrescido de juro pelo efeito da passagem do tempo, esta avaliação não é significativa. Contudo, tendo em conta a evolução do mercado e das exigências do ESG, esta é uma situação que se pode alterar nos próximos exercícios.

No que respeita ao modelo de negócio, na atividade da Companhia os recursos provenientes dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros servem essencialmente para liquidar passivos de contratos de seguro à medida que estes se vencem. Para atingir este objetivo, a entidade cobra os fluxos de caixa contratuais à medida que se vencem e vende ativos financeiros para manter o perfil desejado da carteira de ativos. Assim, tanto a cobrança de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos financeiros são essenciais para atingir o objetivo do modelo de negócio, prevalecendo assim, a classificação dos investimentos realizados como ativos financeiros ao justo valor através de reservas, e alternativamente como ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas.

4.3 Determinação do justo valor dos ativos financeiros e não financeiros

O cálculo do justo valor encerra uma incerteza significativa quando os ativos sujeitos a avaliação não são transacionados em mercado regulado. Nesses casos, apesar de ser maximizada a utilização de dados observáveis de mercado, uma parte significativa das avaliações considera também dados não observáveis e em alguns casos sujeitos a ajustamentos.

a) Ativos financeiros

O justo valor dos ativos financeiros que não são transacionados em mercado ativo obrigam à aplicação de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza o seu julgamento para selecionar as técnicas de avaliação a utilizar e assumir pressupostos que são maioritariamente baseados em dados de mercado existentes à data de relato, como por exemplo curvas de taxa de juro.

b) Ativos não financeiros

O justo valor dos “Terrenos e imóveis de rendimento” é determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada essencialmente por entidades especializadas independentes.

As avaliações podem ser suportadas por diferentes técnicas de avaliação, consoante a utilização que está a ser dada a cada ativo. Em qualquer dos casos a determinação do justo valor encerra uma grande incerteza relativamente: i) às projeções futuras realizadas pela Gestão relativamente às rendas a cobrar (método do rendimento); ou ii) à expectativa de valor

de alienação por metro quadrado (método comparativo) com base em transações de mercado ocorridas, ajustadas para efeitos de dimensão / localização dos imóveis.

A Companhia considera que as avaliações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa de justo valor, para os ativos apresentados na Demonstração da posição financeira, mensurados ao justo valor.

4.4 Estimativa das perdas de crédito esperadas

O cálculo das perdas de crédito esperadas prevê a aplicação de um modelo geral que incorpora as probabilidades de incumprimento (PD) e as perdas estimadas em caso de incumprimento (LGD), estimadas pela gestão de acordo com a informação histórica e ajustadas por informação prospetiva.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base de 12 meses (estágio 1), dependendo se um aumento significativo de risco de crédito ocorreu desde o reconhecimento inicial (estágio 2) ou se um ativo é considerado em situação de imparidade de crédito (estágio 3).

A Companhia definiu que para os ativos financeiros de baixo risco de crédito, como os ativos financeiros que são de “grau de investimento” à data de relato, o aumento significativo de risco de crédito não é avaliado, sendo calculada a perda de crédito esperada a 12 meses.

A Companhia considera que são ativos financeiros de baixo risco de crédito os que cumprem as seguintes condições: (i) o instrumento financeiro tem um baixo risco de incumprimento; (ii) a contraparte tem uma forte capacidade para cumprir as suas obrigações no curto prazo; e (iii) as alterações adversas nas condições económicas e empresariais não deverão reduzir a capacidade da contraparte de cumprir as suas obrigações.

4.5 Impostos

Os impostos sobre o rendimento correntes e diferidos foram determinados com base na melhor interpretação da legislação fiscal aplicável a cada data de relato. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar em diferentes valores de impostos reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a Autoridade Fiscal tem a possibilidade de rever a declaração de imposto do exercício submetida durante um período de 4 anos, e da qual poderão surgir correções, que é convicção da Gestão que resultarão sobretudo de diferenças na interpretação da aplicação da lei fiscal, a transações não recorrentes realizadas.

Notas sobre a Demonstração de Resultados

5 RÉDITOS E GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Os réditos de contratos de seguro da Companhia podem ser analisados como se segue:

	2023	2022
Libertação dos prémios - Abordagem da alocação do prémio	157 315 253	130 003 908

A rubrica de “Gastos de contratos de seguro” pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis	98 857 493	86 684 323
Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	27 041 860	22 423 000
Alterações relativas a serviços passados	20 021 680	18 652 245
Gastos de contratos de seguros	145 921 033	127 759 568

Os réditos de contratos de resseguro da Companhia podem ser analisados como se segue:

	2023	2022
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis	14 282 529	18 201 406
Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	10 057 969	10 378 196
Alterações relativas a serviços passados	-274 629	-218 109
Réditos de contratos de resseguro	24 065 870	28 361 493

A rubrica de “Gastos de contratos de resseguro” pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
Gastos de contratos de resseguro cedido	25 629 792	23 359 368

6 RENDIMENTOS /(PERDAS) DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

O detalhe do resultado da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro cedido, em 2023 e 2022 são conforme segue:

	2023	2022
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	-234 681	-162 620
Resultado de Componente financeiros dos contratos de seguro	-234 681	-162 620
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro	103 868	72 503
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro	0	0
Resultado de Componente financeiros dos contratos de resseguro	103 868	72 503
	2023	2022
Outro rendimento integral	-743 130	4 669 079

7 RENDIMENTOS/ (GASTOS) FINANCEIROS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2023 e 2022, o detalhe dos rendimentos obtidos dos ativos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, é conforme segue:

U: Euro

Categoria de Investimento	Rendimentos em 2023	%	Rendimentos em 2022	%
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas				
Ações e outros títulos de rendimento variável	98 478	3%	69 590	5%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	1 459 280	51%	404 608	28%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	1 222 916	43%	848 262	60%
Empréstimos concedidos	0	0%	100 000	0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	73 681	3%	669	0%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	444	0%	0	0%
Total dos rendimentos	2 854 800	100%	1 423 129	100%

O aumento registado nesta rubrica em 2023, deve-se ao aumento da exposição da Companhia a ativos financeiros de rendimento e terrenos e edifícios.

8 PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

Em 2023 e 2022, a Imparidade é analisada como segue:

Rubricas	2023	2022
De Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	42 025	10 259
De Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	0	0
De outros	0	0
TOTAL	42 025	10 259

9 GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA ATRIBUÍVEIS E NÃO ATRIBUÍVEIS A CONTRATOS DE SEGURO

Alocação dos gastos operacionais entre os que são atribuíveis e não atribuíveis aos contratos de seguro, em 2023 e 2022:

Custos Atribuíveis	2023				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	1 291 324	4 940 064	1 216 247	60 062	7 507 697
Fornecimentos e serviços externos	1 076 533	2 000 907	492 625	24 327	3 594 392
Impostos e taxas	-	-	-	-	-
Depreciações e amortizações do exercício	82 684	316 313	77 876	3 846	480 718
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Remunerações de mediação e corretagem e Cobrança	-	19 784 576	-	-	19 784 576
	2 450 541	27 041 860	1 786 748	88 234	31 367 383

Custos Não Atribuíveis	2023				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	129 960	497 173	122 404	6 045	755 582
Fornecimentos e serviços externos	1 003 908	1 865 921	459 391	22 686	3 351 905
Impostos e taxas	280 778	521 870	128 485	6 345	937 478
Depreciações e amortizações do exercício	160 857	615 373	151 505	7 482	935 217
Juros suportados	46 259	176 969	43 570	2 152	268 949
Comissões	58 373	223 312	54 980	2 715	339 380
Remunerações de mediação e corretagem e Cobrança	-	-	-	-	-
	1 680 136	3 900 617	960 334	47 424	6 588 512

Custos Atribuíveis	2022				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	1 131 063	4 332 434	1 097 991	52 915	6 614 403
Fornecimentos e serviços externos	933 046	1 739 216	440 778	21 242	3 134 283
Impostos e taxas	-	-	-	-	-
Depreciações e amortizações do exercício	78 362	300 159	76 071	3 666	458 257
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Remunerações de mediação e corretagem e Cobrança	-	16 051 191	-	-	16 051 191
	2 142 471	22 423 000	1 614 840	77 824	26 258 135

Custos Não Atribuíveis	2022				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	118 311	453 178	114 851	5 535	691 874
Fornecimentos e serviços externos	924 494	1 723 274	436 738	21 048	3 105 553
Impostos e taxas	234 002	436 183	110 544	5 327	786 057
Depreciações e amortizações do exercício	155 492	595 600	150 946	7 275	909 312
Juros suportados	3 539	13 556	3 436	166	20 696
Comissões	47 084	180 353	45 708	2 203	275 347
Remunerações de mediação e corretagem e Cobrança	-	-	-	-	-
	1 482 922	3 402 143	862 222	41 553	5 788 840

10 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2023 e 2022, foram como se segue:

U: Euro

Contas	Rubricas	2023	2022	2023/2022
	Gastos com Pessoal			
6800	Remunerações dos órgãos sociais	1 033 664	660 826	56,42%
6801	Remunerações do pessoal	5 234 257	4 761 081	9,94%
6802	Encargos sobre remunerações	1 423 229	1 279 005	11,28%
6803	Benefícios pós-emprego	97 738	79 826	22,44%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	53 577	42 252	26,80%
6806	Seguros obrigatórios	181 708	166 642	9,04%
6807	Gastos de ação social	117 209	96 476	21,49%
6808	Outros gastos com o pessoal	121 896	220 170	-44,64%
	TOTAL	8 263 278	7 306 278	13,10%

O aumento de gastos registado no exercício ficou a dever-se ao aumento do número médio de colaboradores, às atualizações das tabelas salariais e à passagem de três para quatro membros executivos no órgão de administração.

10.1 Número médio de trabalhadores ventilado por categorias profissionais

Conforme o Acordo de Empresa (AE), o número médio de Colaboradores, por categorias profissionais, ao serviço da Caravela durante o exercício de 2023 foi de 145, que compara com 139 em 2022, sendo de 149 o número absoluto em 31 de dezembro de 2023, mais nove Colaboradores do que no ano de 2022, que eram 140.

MÉDIA ANO		TOTAL ANO	
ACORDO DE EMPRESA		ACORDO DE EMPRESA	
Diretor	1	Diretor	1
Gestor Técnico	12	Gestor Técnico	20
Gestor Comercial	5	Gestor Comercial	5
Gestor Operacional	3	Gestor Operacional	2
Técnico	24	Técnico	25
Coordenador Operacional	25	Coordenador Operacional	22
Especialista Operacional	68	Especialista Operacional	66
Auxiliar Geral	1	Auxiliar Geral	1
Assistente Operacional	6	Assistente Operacional	7
MÉDIA ANO	145	TOTAL ANO	149

10.2 Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Os passivos por benefícios pós-emprego e benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados da seguinte forma:

	U:Euro	
	2023	2022
Benefícios pós-emprego	97 738	79 352
Outros benefícios de longo prazo	154 309	119 764
TOTAL	252 047	199 116

Plano de Pensões de Benefício Definido

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que então não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir é definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformarem na atividade seguradora.

Este plano abrange apenas um participante (ex-administrador reformado por velhice), conforme quadro seguinte:

POPULAÇÃO REFORMADA	
Número de beneficiários	1
Idade Média	78
Pensão/ Prestação Média Anual (€)	3.763

PRESSUPOSTOS	
Tábua de mortalidade	TV8890
Taxa Técnica	2,4%
Encargos	0,9%

Os movimentos ocorridos na responsabilidade reconhecida pela companhia foram os seguintes:

Responsabilidade Benefícios Pós-Emprego	Valor
Ano 2022	79 352
Pagamento/ Entregas Plano 2023	-79 352
Reforço 2023	97 738
Saldo 31.12.2023	97 738

O gasto total do ano refere-se ao reforço do plano, que em 2023 ascendeu a 97.738 euros (em 2022 79.352 euros).

Plano de Pensões de Contribuição Definida

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) que teve início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas no Anexo V do Acordo de Empresa, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, tendo a contribuição no ano de 2023 sido no montante de 97.738 euros (em 2022: 79.826 euros).

POPULAÇÃO ATIVA	
Número de participantes	112
Idade Média	46,3
Salário Médio Anual (€)	24 397
Antiguidade Média Empresa (anos)	17

A título informativo apresenta-se informação acerca da posição do fundo associado ao Plano de contribuição definida.

RESULTADOS		<i>U: Euro</i>
Valor das Responsabilidades em 31.12.2022	405 798	
Valor total das Contribuições (PIR)	405 798	
Valor do Fundo em 31.12.2023	535 435	
Rácio de Financiamento	131,95%	

Prémio de permanência

De acordo com a cláusula 42^a do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados na cláusula nº. 42 do ACT 2016, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

O gasto total do ano ascendeu a 53.577 euros (em 2022: 42.252 euros).

A provisão para prémios de permanência totaliza 154 309 euros (em 2022: 119 764 euros) e é estimada utilizando os seguintes pressupostos atuariais:

- tábua de mortalidade: TV 88/90;
- tábua de invalidez: EVK 80;
- taxa de crescimento salarial: 2%;
- taxa de desconto: 2,5%.

11 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos com Fornecimentos e serviços externos incorridos durante o período de 2023 e 2022, foram como segue:

Rubrica	2023		2022		2023/ 2022
		%		%	
Eletricidade	26 136	0,4%	25 313	0,4%	3,3%
Combustíveis	139 904	2,0%	138 788	2,2%	0,8%
Água	4 139	0,1%	3 681	0,1%	12,4%
Impressos	34 080	0,5%	43 641	0,7%	-21,9%
Material de escritório	16 640	0,2%	21 641	0,3%	-23,1%
Livros e documentação técnica	2 107	0,0%	1 726	0,0%	22,1%
Artigos para oferta	23 770	0,3%	120 746	1,9%	-80,3%
Conservação e reparação	132 312	1,9%	93 922	1,5%	40,9%
Rendas e alugueres	290 845	4,2%	190 360	3,1%	52,8%
Despesas de representação	77 935	1,1%	67 650	1,1%	15,2%
Comunicação	920 806	13,3%	940 754	15,1%	-2,1%
Deslocações e estadas	203 414	2,9%	129 067	2,1%	57,6%
Seguros	128 788	1,9%	96 873	1,6%	32,9%
Gastos com trabalho independente	191 677	2,8%	296 757	4,8%	-35,4%
Publicidade e propaganda	783 629	11,3%	496 099	8,0%	58,0%
Limpeza, higiene e conforto	39 740	0,6%	36 730	0,6%	8,2%
Contencioso e notariado	5 871	0,1%	776	0,0%	656,3%
Vigilância e segurança	20 177	0,3%	25 570	0,4%	100,0%
Trabalhos especializados	3 307 174	47,6%	2 932 112	47,0%	12,8%
Quotizações (da atividade)	109 545	1,6%	112 508	1,8%	-2,6%
Refeições no local de trabalho	7 167	0,1%	5 528	0,1%	29,7%
Gastos com cobrança de prémios	348 019	5,0%	313 667	5,0%	11,0%
Outros fornecimentos e serviços	132 421	1,9%	145 927	2,3%	-9,3%
Total	6 946 297	100%	6 239 836	100%	11,3%

A rubrica de trabalhos especializados regista um aumento nos serviços de manutenção e assistência técnica às plataformas e serviços informáticos, um aumento no valor das licenças adquiridas, um incremento dos serviços do *contact center* prestados e ainda um aumento de serviços de consultoria incorridos no âmbito da implementação da norma IFRS17.

No exercício de 2023 e 2022, os honorários de solvência e de revisão legal de contas, foram os seguintes:

Descrição dos Honorários ROC	U: Euro	
	2023	2022
Solvência II		
PWC	36 285	
Mazars		18 450
Revisão Oficial Contas		
PWC	58 425	
Mazars		61 500
TOTAL	94 710	79 950

12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe dos saldos ativos de Imposto sobre o rendimento (corrente e diferido) e passivos de Imposto sobre o rendimento (corrente e diferido) a 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se como segue:

Ativos e Passivos por Impostos	U: Euro	
	2023	2022
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento	1 011 333	829 434
Imposto sobre o Rendimento (retenções efetuadas por terceiros)	0	226
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a favor Companhia)	0	0
Outros Impostos e Taxas	0	107 754
Contribuições para a Segurança Social (a favor Companhia)	0	45 761
	1 011 333	983 175
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento a Pagar	0	-139 211
Retenção de Impostos na Fonte	-189 995	-133 486
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-36 687	-11 870
Outros Impostos e Taxas	-2 175 959	-2 038 618
Contribuições para a Segurança Social	-119 212	-136 201
Tributos das Autarquias	-53 876	-51 843
	-2 575 729	-2 511 229

Ativos por impostos diferidos

Por diferenças temporárias

Ativos Financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	44 691	1 517 743
Impacto Transição IFRS 17	1 057 859	1 057 859
	1 102 550	2 575 602

Passivos por impostos diferidos

Por diferenças temporárias

Ativos Financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-203 955	0
Reserva da componente financeira	-449 410	-547 494
	-653 364	-547 494

Total	-1 115 210	500 054
--------------	-------------------	----------------

A taxa de imposto utilizada no cálculo dos impostos diferidos é de 25,5% para 2023 e 22,5% para 2022.

O detalhe dos encargos com imposto sobre o rendimento do exercício em 2023 e 2022, reconhecidos na Demonstração de resultados, é conforme segue:

Gastos com impostos sobre o rendimento	U: Euro	
	2023	2022
Imposto corrente do período	184 922	139 211
Insuficiência / (excesso) de estimativa de anos anteriores	0	0
Imposto diferido do período	-5 258	-351 621
Total	179 664	-212 411

O imposto corrente de 2023 foi calculado com a amortização fiscal de um décimo dos ajustamentos de transição resultantes da adoção da IFRS17 nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 82-A/2023 de 29 de dezembro.

A reconciliação da taxa de imposto efetiva a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

Gastos com impostos sobre o rendimento	U: Euro	
	2023	2022
Resultado antes imposto	7 192 671	4 211 656
Taxa de imposto	21%	21%
Gastos não dedutíveis	1 510 461	884 448
Rendimentos não tributáveis	-320 448	22 436
Diferenças temporárias dedutíveis s/ imposto diferido		
Tributação autónoma	90 781	95 683
Derrama estadual	152 304	84 555
Derrama	98 652	64 777
Total de imposto Corrente	1 531 750	1 151 898
Poupança com SIFIDE	-1 342 317	-991 438
Imposto sobre rendimento corrente	184 922	160 304
Imposto sobre rendimento diferido	-5 258	2 563
Imposto sobre rendimento	179 664	162 767
Taxa efetiva de imposto	21,3%	27,4%

Notas sobre a Posição Financeira

13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	U: Euro	
	2023	2022
Caixa e seus equivalentes		
Sede	200	200
Dependências	600	600
	800	800
Depósitos à ordem	7 831 683	8 770 962
	7 832 483	8 771 762

Para efeitos de preparação da Demonstração dos fluxos de caixa, são considerados os saldos da tabela anterior. A Demonstração de fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto e é apresentada conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

14 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apenas detém investimentos em Associadas, conforme segue:

Associadas		% de participação	% de votos detidos	Valores detidos	Contas da Associada	
					Capitais Próprios	Resultado do período
	2023					
Grupo Your, Lda		29%	29%	6 787 394	7 253 966	4 338 531
	2022					
Grupo Your, Lda		29%	29%	5 524 882	5 535 323	1 718 643

Movimentos ocorridos no exercício de 2023 e 2022:

U: Euro

Associadas	Saldo
Saldo a 1 de janeiro de 2022	5 000
Aumento da participação	5 524 882
Alienação	5 000
Aplicação equivalência patrimonial	0
Dividendos recebidos	0
Saldo a 31 de dezembro de 2022	5 524 882
Aumento da participação	0
Alienação	0
Aplicação equivalência patrimonial	1 262 512
Dividendos recebidos	0
Saldo a 31 de dezembro de 2023	6 787 394

Em 2 de novembro de 2022, a Companhia adquiriu uma participação de 29,1% no capital da Grupo Your, Lda, empresa especializada nos serviços de contabilidade e consultoria a PME's, através da realização das seguintes operações: (i) aumento de capital em espécie na Grupo Your, através da conversão de parte do crédito que a Companhia detinha sobre a Grupo Your, no montante de 164.781 Euros, com um prémio de emissão de 4.481.101 Euros; e (ii) aquisição de quota à sócia maioritária com o valor nominal de 28.961,47 Euros, pelo preço de 879.000 Euros.

Na mesma data a Companhia realizou Prestações Acessórias de capital, no valor de 304.118 Euros e Prestações Acessórias de capital, no valor de 50.000 Euros. O valor total, 354.118 Euros, encontra-se classificado como Empréstimos concedidos, na rubrica de "Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado – Prestações acessórias" (ver Nota 17)

Em maio de 2023, na sequência da alteração da estrutura acionista da Grupo Your, a companhia passou a deter uma opção de venda da participação, a exercer após a aprovação das contas consolidadas de 2023 do Grupo. Juntamente com o exercício desta opção de venda, a Caravela passará a deter uma participação de 11,64% na holding que detém a Grupo Your.

15 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de investimentos:

2023
U:Euro

Ativo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	8 341 620	0	8 341 620	0	8 341 620	0	-433 346	7 908 274
De não residentes	6 909 321	0	6 909 321	-82 818	6 826 503	0	65 703	6 892 206
Total	15 250 941	0	15 250 941	-82 818	15 168 123	0	-367 642	14 800 481

* - Inclui juros a receber

2022
U:Euro

Ativo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	5 467 620	0	5 467 620		5 467 620		-208 762	5 258 859
De não residentes	29 354 636	0	29 354 636	-82 818	29 271 818	0	-24 249	29 247 570
Total	34 822 256	0	34 822 256	-82 818	34 739 439	0	-233 010	34 506 428

* - Inclui juros a receber

A redução registada nos outros instrumentos em 2023 deve-se à estratégia de realocação de ativos financeiros na carteira da companhia.

16 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

- Instrumentos de dívida

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de investimentos em instrumentos de dívida:

2023
U: Euro

Ativo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	8 996 362	60 684	9 057 045		9 057 045		-58 362	8 998 684
De emissores estrangeiros								
Espanha	2 095 721	11 781	2 107 502		2 107 502		-194 121	1 913 381
Bélgica	2 086 045	9 443	2 095 488		2 095 488		-227 845	1 867 643
França	697 572	12 097	709 669		709 669		9 918	719 587
Irlanda	1 184 811	12 532	1 197 344		1 197 344		-107 070	1 090 273
Áustria	900 234	430	900 665		900 665		-109 944	790 720
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	6 327 936	60 382	6 388 318		6 388 318		-219 211	6 169 107
De outros emissores								
De emissores nacionais	201 426	2 765	204 191		204 191		-5 086	199 105
De emissores estrangeiros	66 486 152	569 815	67 055 967	-92 441	66 963 526		-2 464 358	64 499 169
Total	88 976 259	739 929	89 716 188	-92 441	89 623 748	0	-3 376 078	86 247 669

* - Inclui juros a receber

2022
U: Euro

Ativo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	2 236 679	3 232	2 239 911		2 239 911		-485 541	1 754 370
De emissores estrangeiros								
Espanha	2 250 574	12 770	2 263 343		2 263 343		-300 515	1 962 829
Bélgica	2 101 680	9 468	2 111 148		2 111 148		-336 480	1 774 668
Irlanda	1 199 932	12 567	1 212 499		1 212 499		-166 791	1 045 708
Austria	900 276	432	900 708		900 708		-157 146	743 562
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	1 476 599	14 416	1 491 015		1 491 015		-166 494	1 324 521
De outros emissores								
De emissores nacionais	99 989	1 556	101 545		101 545		-179	101 366
De emissores estrangeiros	50 602 975	265 196	50 868 170	-92 441	50 775 730		-4 909 522	45 866 208
Total	60 868 704	319 636	61 188 340	-92 441	61 095 899	0	-6 522 668	54 573 231

* - Inclui juros a receber

O aumento registado em 2023 nos investimentos em Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas, resulta da estratégia de investimento da Companhia em “Outros emissores”.

- **Instrumentos de capital**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de investimentos em instrumentos de capital:

2023
U: Euro

Ativo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 671	0	3 671	0	3 671	0	0	3 671
De emissores estrangeiros	6 202 472	0	6 202 472	0	6 202 472	118 861	3 998 593	10 319 926
Total	6 206 143	0	6 206 143	0	6 206 143	118 861	3 998 593	10 323 597

2022
U: Euro

Ativo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 671	0	3 671	0	3 671	0	0	3 671
De emissores estrangeiros	6 202 472	0	6 202 472	0	6 202 472	-46 648	0	6 155 825
Total	6 206 143	0	6 206 143	0	6 206 143	-46 648	0	6 159 496

Os instrumentos de capital incluem o investimento efetuado pela Companhia em dezembro de 2022, na Instanda, empresa de software situada em Londres e especialista em soluções de MGA's. O valor do investimento inicial foi de 5.665.629 Euros, correspondendo a 5,6% das ações e direitos de voto da Instanda. Em 2023, o valor da participação foi avaliado por um perito externo, baseada nas projeções do negócio fornecidas pela administração da sociedade, o qual ascende a 31 de dezembro de 2023 a 10.323.597 Euros.

17 ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de saldos:

2023
U: Euro

Outros depósitos e Empréstimos Concedidos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
Depósitos a Prazo:				
Millennium BCP	19.11.2023	19.11.2024	365	600 048
Banco BBVA	26.09.2023	02.01.2024	100	3 028 292
Banco Carregosa	19.01.2023	19.01.2024	365	247 909
Bankinter	25.09.2023	02.01.2024	99	3 028 583
Bankinter	28.04.2023	27.04.2024	365	5 215
				6 910 048
Empréstimos Concedidos:				
Prestações Suplementares COLMENA				74 700
Prestações Acessórias Grupo YOUR				354 118
				428 818
				7 338 866

* - Inclui juros decorridos

2022
U: Euro

Outros depósitos e Empréstimos Concedidos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
Depósitos a Prazo:				
Millennium BCP	19.11.2022	19.11.2023	365	598 618
Banco Carregosa	19.01.2022	19.01.2023	365	245 632
Bankinter	26.12.2022	25.06.2023	180	2 000 000
Bankinter	28.04.2022	27.04.2023	365	5 190
				2 849 440
Empréstimos Concedidos:				
Prestações Suplementares COLMENA				74 700
Prestações Acessórias Grupo YOUR				354 118
				428 818
				3 278 258

* - Inclui juros decorridos

18 TERRENOS E EDIFÍCIOS

Esta rubrica inclui os imóveis detidos para rendimento e para uso próprio, que estão sujeitos a políticas de mensuração diferentes (ver Nota 3.3.4)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Terrenos e edifícios incluem os seguintes imóveis:

2023
U: Euro

Imóvel	Ano Aquisição	Valor Aquisição	Ano Venda	Valor Venda	Ano Reavaliação	Valor Líquido de Balanço
De rendimento						
Campo Vinha Braga	2016	1 231 882			2021	1 234 000
Armazéns Tejo (inclui despesas de aquisição e obras de beneficiação)	2021	8 062 602				8 062 602
Villa Park (inclui despesas de aquisição)	2022	10 374 309				10 374 309
Total		19 668 793				19 670 910
De uso próprio						
Ativo em curso - Edifício sede	2023	4 563 299				4 563 299
Total		4 563 299				4 563 299
Total		24 232 092				24 234 209

2022
U: Euro

Imóvel	Ano Aquisição	Valor Aquisição	Ano Venda	Valor Venda	Ano Reavaliação	Valor Líquido de Balanço
De rendimento						
Campo Vinha Braga	2016	1 231 882			2021	1 234 000
Armazéns Tejo (inclui despesas de aquisição e obras de beneficiação)	2021	8 062 602				8 062 602
Villa Park (inclui despesas de aquisição)	2022	10 374 309				10 374 309
Total		19 668 793				19 670 910

O Imóvel de uso próprio refere-se ao edifício da futura sede da Companhia, que a 31 de dezembro de 2023 ainda não se encontrava em utilização, razão pela qual não houve lugar ao registo de depreciação no exercício.

19 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

A rubrica de Outros ativos tangíveis inclui os equipamentos utilizados como suporte à atividade da Companhia, os quais registaram os seguintes movimentos, em 2023 e 2022:

2023
U: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Tangíveis									
Equipamento administrat	254 694	254 694	7 430	0	1 882	0	7 430	1 882	0
Máquinas e ferramentas	245 974	239 967	0	0	0	0	3 021	0	2 986
Equipamento informático	677 549	467 921	34 814	0	0	0	83 867	0	160 574
Instalações interiores	2 989	2 576	0	0	0	0	413	0	0
Material de transporte	338 923	294 223	65 000	0	0	0	41 952	0	67 748
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	127 934	86 221	8 380	0	0	0	14 152	0	35 942
Ativos fixos tang. curso	0	0	403 848	0	0	0	0	0	403 848
TOTAL	1 648 063	1 345 601	519 472	0	1 882	0	150 835	1 882	671 099

Em 2023 foram registados 403.848 Euros em ativos fixos tangíveis em curso relativos aos gastos suportados com as obras de remodelação e adaptação da compra do imóvel destinado a uso próprio, que constituirá a nova sede a partir de janeiro de 2024.

2022
U: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Tangíveis									
Equipamento administrativo	247 592	247 592	10 130	0	3 028	0	10 130	3 028	0
Máquinas e ferramentas	243 533	233 386	2 441	0	0	0	6 581	0	6 007
Equipamento informático	635 628	467 531	164 921	0	0	123 000	82 384	81 994	209 627
Instalações interiores	2 989	2 162	0	0	0	0	413	0	413
Material de transporte	338 923	222 657	0	0	0	0	71 566	0	44 700
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	123 740	71 749	4 195	0	0	0	14 472	0	41 714
TOTAL	1 592 405	1 245 077	181 686	0	3 028	123 000	185 546	85 022	302 461

Ativos sob direito de uso

Relativamente aos Ativos sob direito de uso, estes respeitam a contratos de locação de imóveis e viaturas.

Natureza	Direito de Uso 31-12-2022	Novas Locações 2023	Fim Contrato	Depreciação exercício	Juros Suportados	Amortização Passivo Financeiro	Direito de Uso 31-12-2023
Imóveis	836 021	103 212	230 171	396 852	7 665	395 277	324 294
Viaturas	189 802	372 867	0	125 303	10 213	123 214	437 366
Total	1 025 822	476 080	230 171	522 155	17 878	518 491	761 660

Natureza	Direito de Uso 31-12-2021	Novas Locações 2022	Fim Contrato	Depreciação exercício	Juros suportados	Amortização Passivo Financeiro	Direito de Uso 31-12-2022
Imóveis	1 178 398	21 270	0	375 874	10 610	370 990	836 021
Viaturas	158 741	139 724	0	108 663	6 745	109 487	189 802
Total	1 337 139	160 995	0	484 536	17 355	480 477	1 025 822

O plano financeiro do imóvel arrendado da Sede foi ajustado à data de 31.12.2023, uma vez que era conhecido o fim do contrato de aluguer (31.01.2024).

20 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de ativos intangíveis refere-se substancialmente a software de suporte à atividade da Companhia.

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis em 2023 e 2022 foram como segue:

2023
U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	937 755	937 755	0	0	0	0	0	0	0
Despesas com aplic. informáticas	3 541 556	2 263 693	2 280 510	0	0	0	742 945	0	2 815 427
Activos Intangíveis em curso	2 193 070	0	580 557	0	2 422 841	0	0	0	350 786
Outros	4 414	3 166	0	0	0	0	0	0	1 248
TOTAL	6 676 795	3 204 615	2 861 066	0	2 422 841	0	742 945	0	3 167 461

2022
U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	937 755	625 136	0	0	0	0	312 619	0	0
Despesas com aplic. informáticas	3 391 997	1 879 216	149 559	0	0	0	384 478	0	1 277 863
Activos Intangíveis em curso	1 611 471	0	830 850	0	249 252	0	0	0	2 193 070
Outros	4 414	2 775	0	0	0	0	391	0	1 248
TOTAL	5 945 638	2 507 127	980 409	0	249 252	0	697 487	0	3 472 181

21 ATIVOS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

O detalhe das rubricas “Ativos de contratos de resseguro cedido” e “Passivos de contratos de seguro”, ambas mensuradas pela Abordagem de Imputação do Prémio, é o seguinte:

	2023	2022
Ativos de contratos de resseguro cedido		
De serviços futuros	4 423 244	3 055 519
De serviços passados	54 467 073	46 165 311
Total	58 890 317	49 220 830
Passivos de contratos de seguro		
De serviços futuros	19 074 292	20 054 983
De serviços passados	123 806 795	102 533 436
Total	142 881 088	122 588 419

21.1 Reconciliação de ativos de contratos de resseguro cedido

Em dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação dos montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados para os contratos de resseguro cedidos podem ser analisadas como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Serviços futuros		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para risco não financeiro	
Ativos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	3 055 519		44 095 599	2 069 712	49 220 830
Gastos de serviços de resseguro	25 629 792				25 629 792
Receitas de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguro			-15 975 945	224 902	-15 751 043
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			-8 778 888	189 433	-8 589 455
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro					
Efeito de qualquer risco de desempenho do emitente do contrato de resseguro			274 629		274 629
Resultado de serviços de seguros	25 629 792		-24 480 204	414 335	1 563 923
Resultado da componente financeira de serviços de seguro			13 065		13 065
Total reconhecido em rendimento integral	25 629 792		-24 467 140	414 335	1 576 988
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos de contratos de resseguro cedidos	-24 262 068				-24 262 068
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos			32 354 567		32 354 567
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro					0
Total fluxos de caixa	-24 262 068		32 354 567	0	8 092 499
Ativos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	4 423 244		51 983 026	2 484 047	58 890 317

Contratos de resseguro cedidos	Serviços futuros		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para risco não financeiro	
Ativos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro de 2022	2 703 378		36 829 898	2 551 707	42 084 983
Gastos de serviços de resseguro	23 359 368				23 359 368
Receitas de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguro			-18 749 338	547 932	-18 201 406
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			-9 348 269	-1 029 927	-10 378 196
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro					
Efeito de qualquer risco de desempenho do emitente do contrato de resseguro			218 109		218 109
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro	23 359 368		-27 879 498	-481 995	-5 002 126
Resultado da componente financeira de serviços de seguro			8 477 343		8 477 343
Total reconhecido em rendimento integral	23 359 368		-19 402 156	-481 995	3 475 217
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos de contratos de resseguro cedidos	-23 007 226				-23 007 226
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos			26 667 857		26 667 857
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro					0
Total fluxos de caixa	-23 007 226		26 667 857	0	3 660 630
Ativos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	3 055 519		44 095 599	2 069 712	49 220 830

21.2 Reconciliação de passivos de contratos de seguro

Em dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação dos montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados para os contratos de seguro emitidos podem ser analisadas como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Serviços futuros		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para risco não financeiro	
Passivos de contratos de seguro a 31 de dezembro de 2022	20 054 983		97 235 642	5 297 794	122 588 419
Receitas de seguros	-157 315 253				-157 315 253
Gastos de serviços de seguros					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros			99 491 368	-911 372	98 579 996
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			19 843 491	455 686	20 299 177
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas					
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	27 041 860				27 041 860
Resultado de serviços de seguros	-130 273 393		119 334 859	-455 686	-11 394 220
Resultado da componente financeira de serviços de seguro			860 879		860 879
Total reconhecido em rendimento integral	-130 273 393		120 195 737	-455 686	-10 533 341
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	160 255 500				160 255 500
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			-98 466 692		-98 466 692
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	-30 962 798				-30 962 798
Total fluxos de caixa	129 292 702		-98 466 692	0	30 826 010
Passivos de contratos de seguro a 31 de dezembro de 2023	19 074 292		118 964 687	4 842 109	142 881 088

Contratos de seguro emitidos	Serviços futuros		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para risco não financeiro	
Passivos de contratos de seguro a 1 de janeiro de 2022	17 021 506		81 493 495	6 088 441	104 603 442
Receitas de seguros	-130 003 908				-130 003 908
Gastos de serviços de seguros					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros			88 265 615	-1 581 292	86 684 323
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			17 861 599	790 646	18 652 245
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas					0
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	22 423 000				22 423 000
Resultado de serviços de seguros	-107 580 908		106 127 214	-790 646	-2 244 340
Resultado da componente financeira de serviços de seguro			-13 056 306		
Total reconhecido em rendimento integral	-107 580 908		93 070 909	-790 646	-15 300 646
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	130 815 803				130 815 803
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			-77 328 762	0	-77 328 762
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	-20 201 417				-20 201 417
Total fluxos de caixa	110 614 386		-77 328 762	0	33 285 623
Passivos de contratos de seguro a 31 de dezembro de 2022	20 054 983		97 235 642	5 297 794	122 588 419

Em ambos os exercícios não foram identificadas componentes de perda.

21.3 Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- ⇒ Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- ⇒ Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários;
- ⇒ Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- ⇒ Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- ⇒ Procedimentos de conferências casuísticas.

Risco de seguro e de mercado

As análises de sensibilidade efetuadas pela Companhia para as variáveis de risco - taxa de juro e inflação – e o seu respetivo impacto em capital, resultados e na margem de serviços contratuais pode ser analisado da seguinte forma:

	2023			2022				
	Sinistros ocorridos a 31 de Dezembro	Impacto nos sinistros ocorridos	Impacto em resultados antes de impostos	Impacto em capital	Sinistros ocorridos a 31 de Dezembro	Impacto nos sinistros ocorridos	Impacto em resultados antes de impostos	Impacto em capital
Passivos de contratos de seguro	123 806 795				102 533 436			
Ativos de contratos de resseguro	-54 467 073				-46 165 311			
Passivos de contratos de seguro líquidos	69 339 723				56 368 125			
Taxa de juro - 100 p.b.								
Passivos de contratos de seguro		906 340	-906 340	-675 223		905 581	-905 581	-674 658
Ativos de contratos de resseguro		-454 924	454 924	338 918		-393 662	393 662	293 278
Passivos de contratos de seguro líquidos		451 416	-451 416	-336 305		511 919	-511 919	-381 380
Inflação + 200 p.b.								
Passivos de contratos de seguro		1 979 721	-1 979 721	-1 474 892		-2 219 167	2 219 167	1 653 279
Ativos de contratos de resseguro		-428 330	428 330	319 106		203 628	-203 628	-151 703
Passivos de contratos de seguro líquidos		1 551 391	-1 551 391	-1 155 786		-2 015 539	2 015 539	1 501 576

O desenvolvimento dos sinistros por ano de ocorrência pode ser analisado como se segue:

Ano de pagamento	Ano de ocorrência						Total
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
1 ano	32 237 915	39 839 487	46 512 268	74 343 384	78 256 082	94 956 864	
2 ano	33 029 847	41 985 541	60 097 098	64 501 610	83 605 223		
3 ano	33 467 809	53 387 684	52 790 858	65 245 792			
4 ano	41 172 572	46 915 605	53 625 562				
5 ano	38 394 618	47 964 807					
Sinistros acumulados e outras despesas atribuíveis pagas	38 541 958						
Sinistros ocorridos entre 2018 e 2023	-36 500 376	-45 613 915	-50 707 868	-60 841 361	-74 592 419	-55 393 393	-323 649 331
Sinistros ocorridos em anos anteriores	2 041 582	2 350 892	2 917 694	4 404 431	9 012 804	39 563 471	60 290 874
Pensões							8 916 178
Efeito do desconto							86 837 167
Efeito do ajustamento de risco							-37 079 533
Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados							4 842 109
							123 806 795

Risco de concentração

As concentrações de risco decorrentes de contratos no âmbito da IFRS 17 apuradas pela Companhia foram as seguintes:

Capitais seguros de Fenómenos Sísmicos por zona Cresta	2023				2022			
	Brutos de resseguro		Líquidos de resseguro		Brutos de resseguro		Líquidos de resseguro	
1	1 291 977 687	24%	173 684 073	26%	1 403 356 744	28%	163 528 064	26%
2	971 931 798	18%	126 180 522	19%	885 153 606	18%	120 277 025	19%
3	919 946 073	17%	129 707 464	19%	790 086 257	16%	116 719 789	18%
4	395 707 376	7%	56 184 944	8%	445 745 707	9%	51 891 900	8%
5	1 795 534 706	33%	186 599 121	28%	1 358 686 524	27%	179 778 025	28%
6	1 589 870	0%	476 961	0%	1 655 690	0%	496 707	0%
7	64 077 610	1%	700 220	0%	64 138 559	1%	748 099	0%
Total	5 440 765 120	100%	673 533 306	100%	4 948 823 087	100%	633 439 610	100%

Risco de crédito

A Companhia no âmbito do risco de crédito decorrente de contratos de resseguro cedido no âmbito da IFRS 17 considera que a sua exposição máxima ao risco de crédito no final do período de relato é o seguinte:

Exposição máxima do risco de crédito	2023					2022				
	A	AA	BBB	Sem rating	Total	A	AA	BBB	Sem rating	Total
	85 425 951	24 577 169	2 531 540	81 022	112 615 682	71 687 410	21 261 714	2 629 337	105 614	95 684 075

Risco de liquidez

A análise das maturidades efetuada pela Companhia para os contratos de seguro e de resseguro cedido foi a seguinte:

	1	2	3	4	5	6-10	>10	Total
Ativos de contratos de resseguro	-19 576 072	-4 636 455	-2 437 980	-1 828 051	-1 128 078	-5 826 257	-16 550 133	-51 983 026
Passivos de contratos de seguro	57 773 901	12 493 225	6 481 664	4 875 027	3 321 697	10 266 019	23 753 153	118 964 687

22 OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe desta rubrica refere-se aos seguintes saldos:

U: Euro

	2023	2022
Contas a receber por operações do seguro directo:		
Mediadores:		
- Contas correntes	3 666 296	1 709 036
- Comissões a receber	136 399	49 333
	3 802 695	1 758 369
Cosseguradores:		
- Contas correntes	171 540	14 186
- Outros saldos	217	273
	171 757	14 458
Outros:		
- Outros saldos	6 595	27 103
	6 595	27 103
Imparidade de crédito	-82 249	-90 612
	-82 249	-90 612
	3 898 798	1 709 319
Contas a receber por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	3 225 282	3 976 754
Imparidade de crédito	0	0
	3 225 282	3 976 754
Contas a receber por outras operações:		
Pessoal	15 418	12 016
Fundo de Acidentes de Trabalho	23 491	7 170
Outros devedores diversos	2 560 216	800 323
Imparidade de crédito	0	0
	2 599 125	819 510
Total	9 723 206	6 505 582

Os movimentos registados na imparidade de Contas a receber por operações de seguro referem-se ao ajustamento efetuado nos créditos de cobrança duvidosa nas contas correntes de mediadores e estão contabilizados na rubrica de outros rendimentos e gastos da Demonstração de Resultados.

U: Euro

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<u>Ajustam. de Créditos de CoBR Duvidosa</u>				
Mediadores de Seguros	90 612	0	8 364	82 249
Outros Devedores	0	0	0	0
Sub-total	90 612	0	8 364	82 249
Total	90 612	0	8 364	82 249

23 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentavam esta composição:

U: Euro

	2023	2022
Gastos Diferidos:		
Seguros	116 908	82 784
Rendas e alugueres	35 048	53 047
Serviços de informática	223 458	169 825
Outros gastos	777 878	154 084
Total	1 153 292	459 741
Acréscimos de Rendimentos:		
Rendas e Alugueres	0	255 921
Outros	0	30 750
Total	0	286 671
Total de balanço	1 153 292	746 412

	U: Euro	
	2023	2022
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	0	0
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio)	809 103	706 080
Encargos sobre remunerações a liquidar	196 339	173 800
Bónus a liquidar ao pessoal	0	0
Comissões a pagar	633 338	720 426
Outros acréscimos	125 591	99 883
Total	1 764 370	1 700 189
Rendimentos Diferidos:		
Rendas e Alugueres	90 444	50 139
Total	90 444	50 139
Total de balanço	1 854 814	1 750 328

24 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Outros passivos financeiros é conforme segue:

	U: Euro	
	2023	2022
Depósitos recebidos de Resseguradores		
Prémios	0	0
Sinistros	1 673 148	1 362 595
	1 673 148	1 362 595
Locação Operacional (IFRS 16)		
Equipamento Transporte	441 553	191 900
Edifícios Arrendados	344 565	866 801
	786 118	1 058 701
Total de balanço	2 459 266	2 421 295

Movimentos ocorridos na rubrica de passivos de locação em 2023 e 2022:

	2023					
	U: Euro					
Natureza	Passivo Financeiro 31-12-2022	Novas Loções 2023	Fim Contrato	Juros Suportados	Amortização Passivo Financeiro	Passivo Financeiro 31-12-2023
Imóveis	866 801	103 212	230 171	7 665	395 277	344 565
Viaturas	191 900	372 867	0	10 213	123 214	441 553
Total	1 058 701	476 080	230 171	17 878	518 491	786 118

2022
U: Euro

Natureza	Passivo Financeiro 31-12-2021	Novas Locações 2022	Fim Contrato	Juros suportados	Amortização Passivo Financeiro	Passivo Financeiro 31-12-2022
Imóveis	1 216 521	21 270	0	10 610	370 990	866 801
Viaturas	161 662	139 724	0	6 745	109 487	191 900
Total	1 378 183	160 995	0	17 355	480 477	1 058 701

25 OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe desta rubrica refere-se aos seguintes saldos:

U: Euro

	2023	2022
Contas a pagar por operações do seguro directo:		
Mediadores:		
- Contas correntes	1 212 743	812 855
- Comissões a pagar	1 015 723	127 431
	2 228 466	940 287
Cosseguradores:		
- Contas correntes	111 758	52 836
- Outros saldos	34	91
	111 793	52 927
Tomadores de seguro:		
- Prémios recebidos antecipadamente	7 191 912	5 145 522
	7 191 912	5 145 522
Outros	6 595	27 103
	9 538 765	6 165 840
Contas a pagar por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	5 807 667	5 026 285
Contas a pagar por outras operações:		
Pessoal	2 018	267
Fornecedores	596 237	500 543
Outros credores diversos	114 564	423 024
	712 819	923 833
Balanco	16 059 251	12 115 958

26 CAPITAL

O capital social subscrito e realizado da Caravela era, em 31 de dezembro de 2023, de 44.388.315 euros, estando representado por 79.056.677 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se disperso por diversos acionistas, pessoas singulares e coletivas.

A composição do capital social subscrito era, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a seguinte:

U: Euro

Acionistas	Beneficiário Último	2023		2022	
		Nº. de ações	% do capital social	Nº. de ações	% do capital social
MONSEUL UNIPessoal, LDA	Francisco Miguel Cubelo Faria Vasconcelos Machado	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
ANCORAS DE JUPITER UNIPessoal LDA	Luís Filipe Sampaio Cervantes	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
SUSTENTÁVELEXITO UNIPessoal, LDA	Fernando José Lopes Araújo	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
VALENS Private Equity Unipessoal, Lda	Mário Nuno dos Santos Ferreira	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
VIOLAS SGPS, SA	Manuel Soares de Oliveira Violas	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
	Rita Celeste Soares Violas e Sá				
NELSON QUINTAS PATRIMÓNIO, LDA	Jorge Nelson Ferreira de Aguiar Quintas	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
	António Jorge Pereira Martins				
TLCI 2 - SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TELECOMUNICAÇÕES, SA	João Pedro de Freitas Pereira Martins	1 233 286	1,56%	1 233 286	1,56%
	Guilherme Pereira Martins				
	Isabel Maria Araújo Rodrigues de Sá				
IBG - HOLDING, LTD	Isabel Maria Araújo Rodrigues de Sá	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
GOL HEALTH, LDA	António Miguel Gouveia de Brito Pinheiro Pereira	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
	Carlos Manuel Ribeiro de Sousa				
DAXA PARTICIPAÇÕES, SGPS, UNIPessoal, LDA	Carlos Alberto Fernandes Barbosa	2 055 475	2,60%	2 055 475	2,60%
	António Ferreira da Silva				
Manuel Salgueiro Rodrigues	Manuel Salgueiro Rodrigues	822 190	1,04%	822 190	1,04%
IMPACTO MAGNÉTICO UNIPessoal, LDA	Inácio da Silva Sousa	1 233 257	1,56%	1 233 257	1,56%
BLUE WAVE, SA	António Manuel Nestor Ribeiro	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
FEMACOSA, UNIPessoal, LDA	Fernando Manuel Fernandes da Costa Santos	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
DIVAD, LDA	Maria Filomena de Brito Vargas Lopes David	411 095	0,52%	411 095	0,52%
	Mário Henrique de Almeida Santos David				
Gilberto Almeida Romeiro	Gilberto Almeida Romeiro	770 803	0,98%	770 803	0,98%
GOBGEST, LDA	Jorge Filipe Araújo Pontes	411 095	0,52%	411 095	0,52%
José António Carvalho Pereira	José António Carvalho Pereira	308 321	0,39%	308 321	0,39%
TCO INVESTIMENTOS - SGPS LDA	Carlos Alberto da Cunha Oliveira	205 547	0,26%	205 547	0,26%
Francisco José Pereira Gonçalves	Francisco José Pereira Gonçalves	411 095	0,52%	411 095	0,52%
Luis Afonso Cortez Rodrigues Queiró	Luis Afonso Cortez Rodrigues Queiró	205 547	0,26%	205 547	0,26%
TPIF Douro Bidco S.A.R.L.	Martin Brian Hughes	37 947 205	48,00%	37 947 205	48,00%
IMOMINIUS - Soc. Imobiliária, S.A.	José Manuel Capa Pereira	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
Total		79 056 677	100,00%	79 056 677	100,00%

No quadro seguinte pode-se analisar a composição do capital próprio da Caravela no final dos exercícios em análise - 2023 e 2022:

U: Euro

Capital Próprio	2023	2022
Capital Social	44 388 315	44 388 315
Reservas de Reavaliação	888 425	-6 555 268
Reserva por impostos diferidos	-685 662	930 098
Reserva por comp. financeira contratos seguro e resseguro	1 678 368	2 421 499
Outras Reservas		
Reserva Legal	3 161 974	2 757 085
Reservas Livres	14 766 599	11 122 598
Resultados Transitados	-3 843 992	-2 624 024
Resultado do Exercício	7 013 007	2 828 921
	67 367 034	55 269 224

27 RESERVAS

No quadro seguinte pode analisar a composição das reservas a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

U: Euro

Reservas	31-12-2023	31-12-2022
Reservas de Reavaliação	888 425	-6 555 268
Reserva por impostos diferidos	-685 662	930 098
Reserva por componente financeira contratos seguro e resseguro	1 678 368	2 421 499
Outras Reservas		
Reserva Legal	3 161 974	2 757 085
Reservas Livres	14 766 599	11 122 598
	19 809 703	10 676 012

Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social. Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 404.889 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo registou um aumento de 3.644.000 euros no exercício, correspondente ao remanescente de valor após a dotação da Reserva Legal.

Reserva por componente financeira de contratos de seguro / resseguro

Esta reserva decorre da opção tomada relativamente ao reconhecimento dos rendimentos e gastos financeiros de seguros, de acordo com a qual a Companhia desagrega os rendimentos ou gastos financeiros de seguros do período, incluindo nos resultados do exercício uma quantia determinada por uma imputação sistemática definida, do total de rendimentos ou gastos financeiros previstos ao longo da duração de um grupo de contratos. Esta reserva é constituída pelo registo inicial do seguro e regularizada por contrapartida de resultados, pela passagem do tempo.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores. Os valores registados nesta reserva não são passíveis de reciclagem por resultados, sendo transferidos para resultados transitados na data da alienação ou extinção dos ativos financeiros associados.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2023 e 2022 pode ver-se nas Demonstrações de Variação de Capital Próprio.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto se estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Os registos subsequentes destes impostos diferidos seguem o mesmo tratamento contabilístico da Reserva a que dizem respeito.

28 PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas da Companhia as pessoas ou as entidades que:

- (i) Tiverem o controlo ou controlo conjunto da Companhia;
- (ii) Tiverem uma influência significativa sobre a Companhia;

(iii) Forem membros do Conselho de Administração;

(iv) Forem uma entidade controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa ou entidade, identificada na alínea (i) acima; e

(v) Fornecerem serviços a pessoal-chave da Companhia ou à sua empresa-mãe.

As transações entre partes relacionadas são realizadas com racionalidade e fundamento económicos e são efetuadas a valores de mercado.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são divulgadas no Relatório do Governo Societário.

Em 2023, a Caravela colocou à disposição da Your Insurance (detida a 100% pela Grupo YOUR) o montante de 19.365 Euros, referentes a comissões de contratos de seguro, no âmbito do contrato de exclusividade de mediação estabelecido entre as partes, dos quais 1.969 Euros se encontram na rubrica de contas a pagar por operações de seguro direto.

Em 27 de dezembro de 2023, no âmbito do contrato de exclusividade de mediação de seguros, assinado em 2022 com a Your Insurance, foram apuradas as despesas de instalação e desenvolvimento do projeto de *cross selling* associadas ao referido contrato de exclusividade, cujo montante global foi de 401.631 Euros e cujo retorno se verificará nos anos de 2024 a 2026.

29 JUSTO VALOR

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023			
	U:Euro			
Instrumento financeiro	Mensurado Justo valor	Mensurado Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo Valor
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0	7 832 483	7 832 483	7 832 483
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	14 800 481	0	14 800 481	14 800 481
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de capital	10 323 597	0	10 323 597	10 323 597
Instrumentos de dívida	86 247 669	0	86 247 669	86 247 669
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	0	7 338 866	7 338 866	7 338 866
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	0	9 723 206	9 723 206	9 723 206
	111 371 748	24 895 355	136 267 102	136 267 102

Passivos				
Outros passivos financeiros	0	2 459 266	2 459 266	2 459 266
Outros credores por operações de seguros e outras operações	0	16 059 251	16 059 251	16 059 251
	0	18 518 517	18 518 517	18 518 517

2022
U: Euro

Instrumento financeiro	Mensurado Justo valor	Mensurado Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo Valor
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0	8 771 762	8 771 762	8 771 762
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	34 506 428	0	34 506 428	34 506 428
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de capital	6 159 496	0	6 159 496	6 159 496
Instrumentos de dívida	54 573 231	0	54 573 231	54 573 231
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	0	3 278 258	3 278 258	3 278 258
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	0	6 505 582	6 505 582	6 505 582
	95 239 155	18 555 603	113 794 757	113 794 757
Passivos				
Outros passivos financeiros	0	2 421 295	2 421 295	2 421 295
Outros credores por operações de seguros e outras operações	0	12 115 958	12 115 958	12 115 958
	0	14 537 253	14 537 253	14 537 253

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Para os depósitos à ordem e os depósitos a prazo a taxa variável foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- Para os empréstimos concedidos, os depósitos a prazo a taxa fixa e outras contas a receber, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração a taxa de juro de mercado aplicável tendo em conta o risco da contraparte, o montante e o prazo.
- Para os empréstimos obtidos, foram consideradas as taxas de juro de mercado contratadas para operações de montante e prazo semelhante.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por técnica de avaliação:

2023
U: Euro

Instrumento financeiro	Cotação em mercado ativo		Outras técnicas de valorização	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		14 800 481		14 800 481
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de capital			10 323 597	10 323 597
Instrumentos de dívida	86 247 669			86 247 669
	86 247 669	14 800 481	10 323 597	111 371 747

2022
U: Euro

Instrumento financeiro	Cotação em mercado ativo		Outras técnicas de valorização	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		34 506 428		34 506 428
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de capital			6 159 496	6 159 496
Instrumentos de dívida	54 573 231			54 573 231
	54 573 231	34 506 428	6 159 496	95 239 155

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia compreende três níveis:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.

Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para os quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros.

Nível 3 – A Companhia classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais a Companhia utiliza extrapolações de dados de mercado.

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

U: Euros

	Ativos financeiros ao justo valor (Nível 3)		Total
	através de ganhos e perdas	através de reservas	
Em 1 de janeiro de 2022	0	493 867	493 867
Aquisições	0	5 712 276	5 712 276
Alienações	0	0	0
Reembolsos	0	0	0
Reclassificações	0	-46 648	-46 648
Variações de justo valor	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2022	0	6 159 496	6 159 496
Aquisições	0	0	0
Alienações	0	0	0
Reembolsos	0	0	0
Reclassificações	0	165 508	165 508
Variações de justo valor	0	3 998 593	3 998 593
Em 31 de dezembro de 2023	0	10 323 597	10 323 597

30 GESTÃO DE RISCOS

30.1 Riscos Financeiros

a) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros. Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco do preço das ações e o risco de taxa de juro.

b) Risco do preço das ações

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Tipo de emitente (forma jurídica);
- Nível de *rating*;
- Sector de atividade;

- Zona geográfica;
- Concentração por grupo emitente.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

d) Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos resseguradores.

A exposição máxima ao risco de crédito por rating para os Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas – instrumentos de dívida, é conforme segue:

U: Euros

Obrigações por notação de rating	2023	%	2022	%
AAA	3 064 159	4%	2 331 471	2%
AA +	2 948 369	3%	1 295 343	2%
AA	3 087 898	4%	4 095 857	8%
AA -	13 540 920	16%	9 423 748	15%
A +	6 987 863	8%	7 452 109	11%
A	7 894 986	9%	5 290 053	10%
A -	38 387 342	45%	11 456 770	20%
BBB +	7 042 773	8%	7 960 326	14%
BBB	2 137 898	2%	3 400 873	15%
BB	0	0%	0	0%
BB +	0	0%	0	0%
BBB -	1 155 451	1%	1 866 671	4%
BB -	0	0%	0	0%
B +	0	0%	0	0%
CC	0	0%	0	0%
CCC	0	0%	0	0%
Não Cotados	10	0%	10	0%
Total	86 247 669	100%	54 573 231	100%

Para as operações de caixa e equivalentes de caixa e o nível de exposição ao risco encontra-se conforme abaixo:

U: Euros

Rating	Descrição	Valor em 2023
BBB	DO - Millennium	773 157
BBB	DO - CGD	1 530 420
BB	DO - NB	52 774
CCC or lower	DO - BPG	17 828
BBB	DO - SANTANDER	21 720
A	DO - BBVA	5 138 493
A	DO - CACEIS	37 641
BBB	DO - ABANCA	134
CCC or lower	DO - BANCO J.L. CARREGOSA, S.A.	18 573
BBB	DO - BANCO BPI, S.A.	13 563
BBB	DO - BANKINTER	227 381
Total		7 831 684

30.2 Risco de Solvabilidade

a) Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

⇒ Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos *top-down* da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

⇒ Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos *risk owners*.

⇒ Identificação dos KRI⁵ e planos de ação

O KRI encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de stress no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

⁵ Key Risk Indicator

b) Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

- ⇒ Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas;
- ⇒ Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor;
- ⇒ Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

A Companhia segue a definição e as matrizes de COSO Report⁶.

A Caravela entende o termo “controlo interno” como um meio de:

- ⇒ Controlar os seus processos;
- ⇒ Otimizar as suas atividades;
- ⇒ Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- ⇒ Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;
- ⇒ Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;
- ⇒ Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;
- ⇒ Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- ⇒ Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;
- ⇒ E autoavaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

⁶ *Committee Of Sponsoring Organisation of the Treatway Commission*

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- ⇒ Campanha de autoavaliação;
- ⇒ Descrição das atividades de controlo;
- ⇒ Autoavaliação das atividades de controlo;
- ⇒ Planos de ação, se necessário;
- ⇒ Testes independentes;
- ⇒ Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);
- ⇒ Recomendação, se necessária.

c) Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco, face a 2022, manteve-se inalterada. O requisito de capital é o seguinte:

U: Euro

Cenários	Requisito de capital	
	2023	2022
Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira	1 256 254	1 256 254

d) Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

U: Euro

Cenários	Requisito de capital	
	2023	2022
Choque em ações Tipo I	0	0
Choque em ações Tipo II	8 682 818	5 955 812

e) Risco de imobiliário

O risco Imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. Em 2023, este risco, teve uma variação relevante, quanto ao requisito de capital, uma vez que os ativos em exposição sofreram alteração, pelo que o requisito de capital é descrito como segue:

U: Euro

Cenários	Requisito de capital	
	2023	2022
Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	6 058 552	4 917 728

f) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos - obrigações e Depósitos a prazo e os passivos – provisões técnicas, principalmente a provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

O requisito de capital é descrito no quadro seguinte:

Ativos	U: Euro	
	Efeito nos ativos	
	2023	2022
Cenários		
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	3 652 272	3 146 929
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-4 080 252	-3 414 168

Passivos	U: Euro	
	Efeito nos passivos	
	2023	2022
Cenários		
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	3 336 911	3 178 735
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-3 599 861	-3 268 539
	Δ NAV Down	-315 361 31 806
	Δ NAV Up	480 392 145 629
	Mktint	480 392 145 629

g) Risco de spread

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

Rating	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	% de exposição	Duração	Requisito de capital	% de exposição	Duração	Requisito de capital
AAA	4%	3,2	88 438	5%	4,3	89 057
AA	17%	2,7	364 766	20%	3,8	378 563
A	64%	2,8	1 864 129	46%	3,6	1 064 265
BBB	15%	2,7	733 109	28%	2,5	875 480
BB	0%	0,0	0	0%	0,0	0
B	0%	0,0	0	0%	0,0	0
CCC or lower	0%	0,0	0	0%	0,0	0
Unrated	1%	10,0	70 724	1%	10,0	70 651
Total	100%	2,9	3 121 166	100%	3,5	2 478 015

h) Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

U: Euro

Sector de Atividade	2023			2022		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	1%	1 057 392	0	2%	1 813 493	0
Consumo - Cíclico	13%	14 392 985	0	10%	9 992 138	0
Consumo - Não Cíclico	8%	9 418 545	0	6%	6 467 902	0
Financeiro	29%	33 214 343	0	23%	22 836 154	0
Fundos	13%	14 800 481	0	34%	34 506 428	0
Governos	16%	18 788 310	0	9%	9 363 857	0
Serviços	17%	19 187 251	0	12%	12 547 794	0
Outro	3%	3 681 117	0	4%	3 665 088	0
Total	100%	114 540 424	0	100%	101 192 855	0

O conjunto dos 10 maiores títulos, por grupo emitente, é composto por:

U: Euro

Grupo Emitente	2023			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	A	8 998 684	7,4%
Banco Bankinter	CPZ	A	3 033 798	2,5%
Banco Bilbao & Vizcaya Argentaria Sa	CPZ	A	3 028 292	2,5%
Divida Pública Espanhola	OBG	A	2 535 826	2,1%
Region Of Ile De France	OBG	AA	2 339 826	1,9%
Thales, Sa	OBG	A	2 278 432	1,9%
Ico - Instituto De Crédito Oficial	OBG	A	2 041 499	1,7%
Banque Federative Du Credit Mutuel	OBG	A	2 039 776	1,7%
Divida Pública Belga	OBG	AA	1 867 643	1,5%
Ibm - International Business Machines Company	OBG	A	1 863 796	1,5%
Total			30 027 572	25%
Total Carteira investimentos			121 450 471	100%

U: Euro

Grupo Emitente	2022			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Espanhola	OBG	A	2 558 640	2,1%
Banco Bankinter	CPZ	BBB	2 005 357	1,6%
Divida Pública Belga	OBG	AA	1 774 668	1,4%
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	1 754 370	1,4%
Credit Agricole Sa	OBG	A	1 298 847	1,0%
Bpce Groupe	OBG	AAA	1 109 583	0,9%
Divida Pública Irlanda	OBG	AA	1 045 708	0,8%
Ibm - International Business Machines Company	OBG	A	967 977	0,8%
Banque Federative Du Credit Mutuel	OBG	AA	965 214	0,8%
Merck Financial Services Gmbh	OBG	A	963 123	0,8%
Total			14 443 487	12%
Total Carteira investimentos			123 817 307	100%

31 COMPROMISSOS

A Caravela detém contratos de locação operacional e de locação financeira referentes a equipamentos de transporte, que representam compromissos futuros de 591.218 Euros.

O detalhe em 31 de dezembro de 2023, por anos de vencimento dos contratos de locação operacional, é referido no quadro seguinte:

U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor máximo a pagar
2024	9	33 404
2025	4	33 797
2026	7	111 463
2027	19	367 326
Total	39	545 991

O detalhe em 31 de dezembro de 2023 relativo a contratos de locação financeira, é referido no quadro seguinte:

U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Nº de Contrato	Valor a pagar Juros	Valor a pagar Capital
2024	1	141337	949	16 771
2025	1	2060004900	1 271	28 456
Total			2 220	45 227

32 CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tinha prestadas garantias no valor de 267.168 Euros e 598.557 Euros relacionadas, respetivamente, com concursos públicos e processos de sinistro.

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram acontecimentos relevantes após 31 de dezembro de 2023, que não afetando a posição financeira ou a performance da Companhia, sejam significativos para divulgação.



Relatório & Contas 2023

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da
CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A.

1. RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2023 e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia e a evolução da sua atividade, tendo registado com muito agrado o bom desempenho da Companhia no presente exercício.

Durante o ano de 2023, o Conselho Fiscal promoveu reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões decorreram maioritariamente por vídeo conferência. Contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração da Companhia. Mantivemos, igualmente, contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno. O Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o processo de adoção da IFRS17 e a elaboração das contas pró-forma de 2022.

Acompanhou, ainda, o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração de variações do capital próprio e demais documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu, ainda, à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços da empresa e do Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

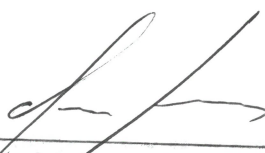
Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245.º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declaram ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 15 de abril de 2024

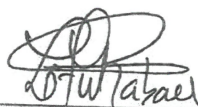
O Conselho Fiscal

Presidente:



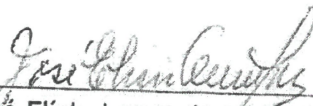
(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal:



(José António Truta Pinto Rabaça)

Vogal:



(José Elísio Lopes da Silva Quintas)



Relatório & Contas 2023

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 234.103 milhares de euros e um total de capital próprio de 67.367 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 7.013 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

9

Primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros em 1 de janeiro de 2023

Mensuração e divulgações relacionadas com a primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros em 1 de janeiro de 2023, apresentadas nas notas anexas 3.2, 4 e 21 às demonstrações financeiras.

Em 1 de janeiro de 2023 a IFRS 17 entrou em vigor, substituindo a IFRS 4 - Contratos de Seguro, sendo a data efetiva de transição, 1 de janeiro de 2022.

Também a partir de 1 de janeiro de 2023, a Entidade deixou de aplicar a isenção temporária relativa à aplicação da IFRS 9, a qual substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros, alterando a classificação e discriminação dos ativos e passivos financeiros nas contas da Entidade.

A IFRS 17 modifica substancialmente os modelos de mensuração de contratos de seguro e resseguro face à IFRS 4, pelo que a sua implementação à data de transição requereu a adoção de determinados julgamentos e estimativas por parte da gestão da Entidade, como seguem:

- Seleção do método de transição para avaliação dos contratos de seguro em vigor na data de transição. A Entidade adotou a abordagem retrospectiva integral para o seu negócio de não-vida;
- Definição dos grupos de contratos de seguro para agrupar os mesmos, tendo em conta serem contratos sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto (denominados "portefólios"), a sua onerosidade e a data da sua emissão;
- Definição do método de reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, de acordo com as suas características e o seu período de cobertura. A Entidade utiliza a abordagem de alocação de prémio (PAA) para todos os contratos; e

Efetuámos uma compreensão dos processos de relato financeiro relativos à primeira aplicação das IFRS 17 e IFRS 9.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos, com a contribuição dos nossos especialistas atuariais e de sistemas informáticos, incluíram:

- A avaliação da conformidade das políticas contabilísticas adotadas com as IFRS 17 e IFRS 9;
- A análise da homogeneidade dos grupos de contratos de seguro definidas na IFRS 17, pela Entidade;
- A verificação da metodologia e dos pressupostos significativos utilizados para os cálculos efetuados pela Entidade no âmbito da IFRS 17, relativos ao valor atual dos fluxos de caixa (PVFCF) e ao ajustamento de risco não financeiro;
- A verificação do método de reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, nomeadamente, da aplicação da abordagem de alocação de prémio (PAA) quando os resultados da mesma não diferem significativamente daqueles obtidos pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- A análise das taxas de desconto "locked-in" determinadas pela Entidade, aquando da transição para a IFRS 17; e
- A análise da classificação e apresentação dos instrumentos financeiros de acordo com os requisitos emanados da IFRS 9.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<ul style="list-style-type: none"> Determinação das taxas de desconto "locked-in" para os contratos de seguro, com o objetivo de determinar retrospectivamente o montante acumulado de rendimentos ou gastos financeiros reconhecidos noutra resultado integral à data da transição. <p>A Entidade aplicou a IFRS 9 ao mesmo tempo que adotou a IFRS 17, tendo o período comparativo sido reexpresso.</p> <p>O impacto da adoção destas normas é significativo nas demonstrações financeiras da Entidade, razão pela qual esta constitui uma matéria relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre a primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros em 1 de janeiro de 2023, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p>
<p>Justo valor de instrumentos financeiros</p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 3, 4, 15, 16 e 29 das demonstrações financeiras.</u></p>	
<p>Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas e de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, no montante global de 111.372 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no ativo, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Entidade.</p> <p>No respeitante aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, a Entidade determina de acordo com a IFRS 9, o valor da perda por imparidade esperada.</p> <p>A valorização dos ativos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos; A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à valorização dos instrumentos financeiros; A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de instrumentos financeiros; A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; Para posições menos líquidas, a revisão, em base de amostragem, dos principais pressupostos considerados para a valorização adotada; e

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A realização de testes para avaliar a razoabilidade das perdas por imparidade esperada.
<p>Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor que podem revelar-se menos líquidos representam cerca de 23% do total dessa carteira (25.124 milhares de euros), incluindo fundos de capital de risco e ações, que se encontram inseridos nos níveis 2 e 3, em termos da hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13, sendo este determinado através da utilização de modelos de avaliação que incorporam julgamento profissional e o recurso a um conjunto de pressupostos ou técnicas.</p>	<p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos ativos financeiros valorizados ao justo valor constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p>
<p>Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	
<p>As perdas por imparidade relativas a instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas envolvem um grau de julgamento significativo por parte da gestão da Entidade sobre os resultados futuros, nomeadamente quanto i) à probabilidade de incumprimento, ii) perda esperada de incumprimento e iii) exposição ao incumprimento. A perda esperada tem em consideração a taxa de desconto, a qual incorpora as perspetivas de mercado.</p>	
<p><i>Passivos de contratos de seguro – Ramos não vida (reais)</i></p>	
<p><u><i>Mensuração e divulgações relacionadas com os passivos de contratos de seguro de ramos não vida apresentadas nas notas anexas 3.2, 4, 21 às demonstrações financeiras.</i></u></p>	
<p>Os passivos de contratos de seguro dos ramos não vida ascendem a 142.881 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 (representando 86% do total do passivo), tendo passado a ser mensurados em conformidade com a IFRS 17 – contratos de seguro, a partir de 1 de janeiro de 2023.</p>	<p>Efetuamos uma compreensão do processo de estimativa e registo dos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, que incluiu uma avaliação do respetivo ambiente de controlo interno, incluindo os respetivos controlos dos sistemas de informação.</p>
<p>Estes passivos, incluem responsabilidades por serviços passados no montante de 123.807 milhares de euros, correspondendo a estimativas de</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos sobre os passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, com a contribuição de especialistas</p>

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>montantes a pagar por sinistros já incorridos mas ainda não regularizados/pagos. Tais responsabilidades por serviços passados acomodam a expectativa da Entidade relativamente a pagamentos futuros de sinistros conhecidos e desconhecidos, à data, bem como das respetivas despesas associadas à gestão dos mesmos.</p> <p>A mensuração destas responsabilidades requer um nível significativo de julgamento pelo órgão de gestão da Entidade no respeitante a pressupostos assumidos, como sejam o impacto de alterações na taxa de inflação, desenvolvimentos esperados na concretização dos sinistros e alterações regulatórias. Também há um julgamento significativo do órgão de gestão relativamente à determinação das taxas de desconto consideradas para estimar tais responsabilidades. Em particular, ramos reais com baixa frequência de sinistralidade, sinistros individuais de montantes significativos ou com períodos de regularização de sinistros longos, estão sujeitos a uma maior incerteza relativamente à determinação da respetiva responsabilidade estimada.</p> <p>Tendo em consideração a relevância material das responsabilidades por serviços passados na demonstração da posição financeira e na performance financeira da Entidade, bem como o nível de julgamento exercido pela gestão e as incertezas associadas às estimativas efetuadas, consideramos os passivos de contratos de seguros dos ramos não vida e, nomeadamente, as responsabilidades por serviços passados, como sendo uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>atuariais e em sistemas e processos de informação, incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A avaliação da adequação das metodologias atuariais em vigor, bem como dos processos associados à determinação de pressupostos e estimativas para mensuração das responsabilidades com serviços passados de contratos de seguro de ramos não vida; • A verificação da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados nos motores de cálculo das referidas responsabilidades no final do exercício; e • O recálculo do montante das responsabilidades por serviços passados para determinados ramos de negócio, tendo em conta a respetiva relevância. No âmbito de tal teste substantivo de auditoria, comparamos os montantes por nós calculados com aqueles determinados pela Entidade. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre passivos de contratos de seguro de ramos não vida, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de março de 2023 para um mandato compreendido entre 2023 e 2026.

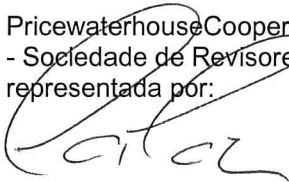
b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das

demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

15 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750